

seminário internacional
cultura escrita
no mundo moderno

caderno de resumos



Belo Horizonte | Ouro Preto
2 a 6 de setembro de 2019

Guiomar de Grammont
José Newton Coelho Meneses
Márcia Almada
(organizadores)

Seminário Internacional
Cultura Escrita no Mundo Moderno

Caderno de Resumos

1ª Edição

ISBN: 978-85-54944-30-8

Belo Horizonte/ Ouro Preto
2 a 6 de Setembro de 2019
Universidade Federal de Minas Gerais/Universidade Federal de Ouro Preto

Seminário Internacional Cultura Escrita no Mundo Moderno
Universidade Federal de Minas Gerais/ Universidade Federal de Ouro Preto

Comissão Organizadora

Guiomar de Grammont
José Newton Coelho Meneses
Márcia Almada
Denise Aparecida Sousa Duarte
Soraia Oliveira de Vasconcelos Botelho
Ygor Gabriel Alves de Souza

Comissão Científica

Guiomar de Grammont (UFOP)
José Newton Coelho Meneses (UFMG)
Leila Mezan Algranti (UNICAMP)
Márcia Almada (UFMG)
Rodrigo Bentes Monteiro (UFF)

Diagramação e arte

Denise Aparecida Sousa Duarte
Ygor Gabriel Alves de Souza

S471c

Seminário Internacional Cultura Escrita no Mundo Moderno (1. : 2019 : Belo Horizonte/Ouro Preto).

Caderno de resumos do I Seminário Internacional Cultura Escrita no Mundo Moderno [recurso eletrônico]. – Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2019.

1 recurso online (71. p.): pdf.

Anais organizados por: Guiomar de Grammont, José Newton Coelho Meneses e Márcia Almada.

ISBN: 978-85-54944-30-8

1. Comunicação escrita – História. 2. Manuscritos – História.
I. Grammont, Guiomar de. II. Meneses, José Newton Coelho.
III. Almada, Márcia. IV. Título.

CDD:411.09

Universidade Federal de Minas Gerais

Sandra Regina Goulart Almeida
Reitora

Alessandro Fernandes Moreira
Vice-Reitor

Orestes Diniz Neto
Diretor | FAFICH

Cristiano Gurgel Bickel
Diretor | EBA

Bruno Pinheiro Wanderley Reis
Vice-diretor | FAFICH

Adolfo Cifuentes
Vice-Diretor | EBA

Mauro Lúcio Leitão Condé
Coordenador | Programa de
Pós-graduação em História

Mônica Medeiros Ribeiro
Coordenadora | Programa
de Pós-Graduação em Artes

Universidade Federal de Ouro Preto

Cláudia Aparecida Marlière de Lima
Reitora

Hermínio Arias Nalini
Vice-Reitor

Luciano Campos da Silva
Diretor | ICHS

Helena Miranda Mollo
Vice-Diretora | ICHS

Realização



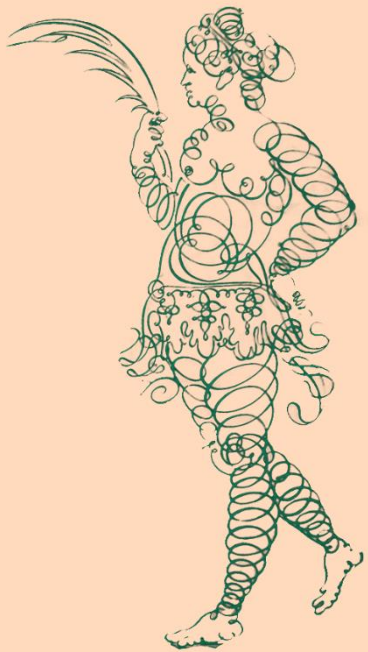
elementos
materiais da
cultura e
patrimônio

Apoio financeiro



Sumário

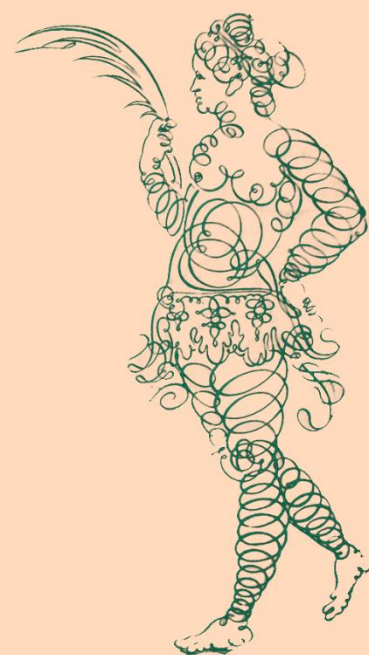
| | |
|-------------------------------|----|
| Apresentação | 05 |
| Programação | 07 |
| Palestras e Conferências..... | 17 |
| Comunicações | 21 |
| Pôsteres | 57 |



Apresentação

O Seminário Internacional Cultura Escrita no Mundo Moderno se realiza no Campus Pampulha da Universidade Federal de Minas Gerais em Belo Horizonte de 2 a 5 de setembro e no Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto no dia 6 de setembro de 2019, em Mariana. O evento é promovido pelos Grupos de Pesquisa “Elementos Materiais da Cultura e Patrimônio” (CNPq), representado pelos professores José Newton Coelho Meneses e Márcia Almada, da UFMG, e “Groupe Internationale de Recherches d’Histoire du Littéraire”, representado pela professora Guiomar de Grammont, da UFOP. O Seminário Internacional foi idealizado com o objetivo de divulgar e promover o debate em torno dos artigos produzidos por especialistas para o Dossiê Temático “Cultura Escrita no Mundo Moderno” da Revista Varia História (vol. 35, n. 68, mai./set. 2019), organizado pelas professoras Márcia Almada (UFMG) e Guiomar de Grammont (UFOP), mas também visa colocar em interlocução diversos dos pesquisadores mais profícuos que trabalham essa temática no Brasil, França e América Latina.

Tal como o Dossiê, o seminário abriga temas ligados à produção escrita do mundo ocidental na era moderna, abordando os discursos, as práticas, as representações e os processos de produção, circulação, uso e preservação, incluindo os aspectos técnicos e materiais que revelam as relações sociais e os agentes envolvidos. O recorte temporal dos estudos é o período compreendido entre o desenvolvimento da tecnologia da imprensa por tipos móveis e a consolidação das mudanças nas relações com o escrito que possibilitaram a propagação de outras formas de produção - ou seja, entre meados do século XV até fins do século XVIII. As abordagens são metodológicas, historiográficas e/ou monográficas, tendo como objeto de análise os impressos, os manuscritos ou a relação entre as duas tecnologias da escrita. O Seminário contará com uma oficina técnica de restauração de documentos gráficos que será



ministrada pela chefe do Departamento de Conservación y Restauración da Biblioteca Nacional de México / Instituto de Investigaciones Bibliográficas, UNAM.

As conferências, palestras, comunicações orais, pôsteres e oficina técnica apresentados neste Seminário iluminam pesquisas nos campos da História, da Preservação, da Literatura, da Paleografia, da Diplomática, da Bibliografia Material, enfim, de diversas disciplinas que privilegiam a escrita como tecnologia de propagação de ideias e conhecimentos no tempo e no espaço.

Esperamos que este evento contribua para a interação entre as diversas áreas do conhecimento.

02 de setembro

Auditório A 102 – CAD2 (Campus Pampulha, UFMG)

8:30 - 10:30 Credenciamento

9:00 - 9:30 Abertura

9:30 - 10:30 *Palestra*

Primeros vagidos de tipografía y biblioiconografía mexicana del siglo XVI
Guadalupe Rodriguez Domínguez (UASLP | MEX)

Mediação: Márcia Almada (UFMG)

11:00 - 13:00 *Mesa 1 - Imprimir e circular*

Francia interesada con Portugal: a diplomacia da Restauração e a publicística de Antonio Moniz de Carvalho

Daniel Pimenta Oliveira de Carvalho (EHES)

Contra a Inquisição: autoria, anonimato e polifonia no livro Notícias recônditas do procedimento das Inquisições (1681-1750
Yllan de Mattos (UFRRJ)

Escrever e publicar sobre a guerra da Restauração: a Campanha de Portugal em Lisboa e Madrid no ano de 1663

Caroline Garcia Mendes (USP)

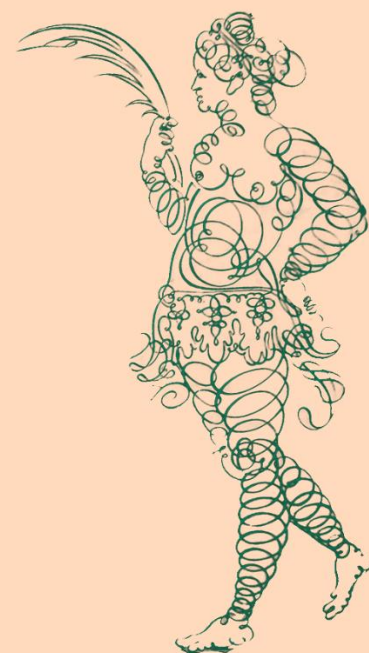
Mediação: Luiz Carlos Villalta (UFMG)

14:30 - 16:30 *Mesa 2 - Papel. Papéis*

Papéis para a boa administração das receitas e despesas da Real Extração dos Diamantes
Régis Quintão (UFMG)

Adaptação do protocolo Idap para a análise material de documentos avulsos da coleção casa dos contos do Arquivo Público Mineiro

Marina Furtado Gonçalves (UFMG)



O estudo da materialidade na caracterização de documentos históricos: um aspecto da abordagem realizada pela Conservação
Ozana Hannesch (MAST), Fabiano Cataldo de Azevedo (UNIRIO),
Maria Cláudia Santiago (FIOCRUZ), Ana Cristina de Oliveira Garcia (MAST)

Mediação: Márcia Almada (UFMG)

17:00 - 18:45 *Mesa 3 – Apresentar e representar o outro*

Representações radicais: construção e disputa de identidades nos panfletos Digger (1649-1652)

Lívia Bernardes Roberge (UFMG)

Guerras panfletárias: Sir Roger L'Estrange e as polêmicas impressas na Inglaterra do período da Restauração

Verônica Calsoni Lima (USP)

Papéis sediciosos em Minas Gerais: as sátiras contra o governador D. Lourenço de Almeida

Adriana Romeiro (UFMG)

Mediação: José Newton Coelho Meneses (Universidade Federal de Minas Gerais)

19:00 - 21:00 *Conferência*

Entre la escritura y el grafismo visual. Márgenes de la memoria en la América colonial.

Guillermo Wilde (UNSAM | ARG)

Mediação: Leila Mezan Algranti (UNICAMP)

03 de setembro

Auditório A 102 – CAD2 (Campus Pampulha, UFMG)

8:30 - 10:30 Credenciamento

8:30 - 10:30 *Palestra*

Escritos breves para circular: relações, notícias e avisos durante a Alta Idade Moderna

Ana Paula Torres Megiani (USP)

Mediação: José Newton Coelho Meneses (UFMG)

10:00 - 10:30 Sessão de Pôsteres

10:30 - 12:30 *Mesa 4 - Colecionar livros e palavras*

O Livro Raro na Biblioteconomia Brasileira: influências, impactos e delimitações dos discursos da Bibliofilia nas práticas profissionais e institucionais

Diná Marques Pereira Araújo (UFMG), Fabrício José Nascimento da Silveira (UFMG)

Durar no tempo e atualizar sentidos: livros iluminados medievais em bibliotecas modernas

Márcia Almada (UFMG)

Identidades coletivas e produção, circulação e usos de representações históricas: do final do Antigo Regime à emergência do Império Constitucional no Brasil (c. 1788-1823)

Luiz Carlos Villalta (UFMG)

Mediação: Júnia Ferreira Furtado (UNIFESP | UFMG)

14:00 - 16:00 *Mesa 5 - Impressos úteis*

A tradução de O pastor fiel, de Giovanni Guarini e os percursos do livro em Portugal no final do século XVIII

Cláudio De Nipoti (UEL)

Escritos sobre a natureza útil. Manuais técnicos para o mundo rural e a filantropia na cultura luso-brasileira do final do século XVIII

José Newton Coelho Meneses (UFMG)

O manual de tintas e vernizes de João Stooter, “com anotações dele aumentado”. Estudo das notas interlineares e marginalias manuscritas sobre um livro impresso (século XVIII)

René Lommez Gomes (UFMG)

Mediação: Maria Aparecida Borrego (USP)

16:00 - 16:30 Sessão de Pôsteres

16:30 - 18:30 *Mesa 6 - Saber sobre a escrita setecentista*

A escrita colonial mineira por meio do Livro de Inventários da Catedral de Mariana (1749-1904)

Marcus Vinícius Pereira das Dores (USP)

Sistema de abreviaturas em documentos manuscritos e tipográficos portugueses: análise diacrônica

Christiane Benones de Oliveira (UFMG)

Estatutos setecentistas de irmandades adamantinas

Aléxia Teles Duchowny (UFMG)

Mediação: Luciano Figueiredo (UFF)

19:00 - 21:00 *Mesa 7 - Escrita como pertencimento*

A petição de 1740 e a atuação dos comerciantes no extremo oeste da América Portuguesa

Maria Aparecida de Menezes Borrego (USP)

“Asinei de meu sinal”: a escrita plebéia no Portugal dos séculos XVI e XVII

Daniel Saraiva (UFRJ)

Memoriales de afrodescendientes en Lima colonial

Yobani Maikel Gonzales Jauregui (UFJF)

Mediação: Leila Mezan Algranti (UNICAMP)

04 de setembro

Auditório A 102 – CAD2 (Campus Pampulha, UFMG)

8:30 - 10:30 Credenciamento

8:30 - 10:30 *Palestra*

De la indiferencia entre lo temporal y lo eterno. Élités indígenas, cultura textual y memoria en las fronteras de América del Sur

Guillermo Wilde (UNSAM | ARG), Fábian Roberto Vega (UBA | ARG)

Mediação: Guiomar de Grammont (UFOP)

10:00 - 10:30 Sessão de Pôsteres

10:30 - 12:30 *Mesa 8 – A mão e a cópia. Produção de manuscritos*

Segredos registrados, a escrita nos processos inquisitoriais

Evânia França (UFMG)

Sobre as mais de vinte cópias do Tratado descritivo do Brasil de 1587 de Gabriel Soares de Sousa

Gabriela Azevedo (UERJ)

Vestígios do percurso de um fundo setecentista: um estudo para além do textual

Natalia Casagrande Salvador (UFMG)

Mediação: Márcia Almada (UFMG)

14:00 - 16:00 *Mesa 9 – Viver o escrito*

A devoção mercedária entre o escrito e o vivido: os Livros de Compromisso e as dinâmicas confrariais nas Minas Setecentistas

Vanessa Cerqueira Teixeira (UFOP)

Escrita e aplicação dos Regulamentos Militares do Conde de Lippe no Império Português: Representações, apropriações e práticas de leitura (Brasil e Portugal - século XVIII)

Francis Albert Cotta (UEMG)

O rei de papel e um governo informal: alcances e limites da cultura escrita nas franjas dos impérios ibéricos

Thiago Enes (UFF)

Mediação: Ana Paula Torres Megiani (USP)

16:00 - 16:30 Sessão de Pôsteres

16:30 - 18:30 *Mesa 10 - Escrita como preservação da memória*

As relações históricas lusocastelhanas da Guerra Holandesa no século XVII

Kleber Clementino (UFRPE)

Os testamentos de Vila Rica na primeira metade do século XVIII: memória e materialidade

Denise Aparecida Sousa Duarte (UFMG)

“O insigne pintor”: uma leitura da autobiografia poética de Vieira Lusitano

Beatriz Catão Cruz Santos (UFRJ)

Mediação: Guiomar de Grammont (UFOP)

19:00 - 21:00 *Conferência*

A ordem do discurso. Materialidade dos textos, expectativas de leitura

Roger Chartier (EHESS)

Mediação: Guiomar de Grammont (UFOP), José Newton Coelho Meneses (UFMG) e Márcia Almada (UFMG)

05 de setembro

Auditório Sônia Viegas – FAFICH (Campus Pampulha, UFMG)

8:30 - 10:30 Credenciamento

8:30 - 10:30 *Palestra*

Quebra-cabeça africano: como um embaixador português, um geógrafo francês, um escritor inglês e um pirata imaginário transformaram a cartografia da África no século XVIII

Júnia Ferreira Furtado (UNIFESP | UFMG)

Mediação: Ana Paula Megiani (USP)

10:30 - 12:30 *Mesa 11 - Acervos da cultura escrita: desafios da preservação*

Desenvolvimento de políticas institucionais de preservação de acervos em suporte papel: o caso do Arquivo Público Mineiro

Flávia Carolina de Oliveira Andrade (SECULT-MG)

Memórias dos profissionais da preservação no acervo bibliográfico da Biblioteca Nacional do Brasil: 1880 a 1980

Thais Helena Almeida (FBN)

Sentido y evolución de la conservación y restauración de libros. El fondo Reservado de la Biblioteca Nacional de México como ejemplo

Adriana Gómez Llorente (UNAM)

Mediação: Maria Alice Castello Branco (UFMG)

14:00 - 16:00 *Mesa 12 – Escrita exposta*

Forma e conteúdo: a cultura do escrito no pasquim afixado em Calambau, freguesia de Mariana, no ano de 1798

Álvaro Antunes (UFOP)

Oralidade nas revoltas mineiras do século XVIII e na Inconfidência Mineira: a rebeldia para além do escrito

Tarcísio de Souza Gaspar (IFSULDEMINAS)

“O povo do Calambau, notícias vos quero dar”. Rebeldias, inconfidências e pasquins na América portuguesa

Luciano Figueiredo (UFF)

Mediação: Márcia Almada (UFMG)

06 de setembro

Auditório Francisco Iglésias – ICHS (Mariana, UFOP)

13:30 - 14:00 Credenciamento

14:00 - 15:00 *Palestra*

De la indiferencia entre lo temporal y lo eterno. Élités indígenas, cultura textual y memoria en las fronteras de América del Sur
Guillermo Wilde (UNSAM | ARG), Fábian Roberto Vega (UBA | ARG)

Mediação: Mateus Rei (UFOP)

15:00 - 16:00 *Palestra*

Escritos breves para circular: relações, notícias e avisos durante a Alta Idade Moderna
Ana Paula Torres Megiani (USP)

Mediação: José Newton Coelho Meneses (UFMG)

16:30 - 17:30 *Palestra*

Primeros vagidos de tipografía y biblioiconografía mexicana del siglo XVI
Guadalupe Rodríguez Domínguez (UASLP | MEX)

Mediação: José Newton Coelho Meneses (UFMG)

19:00 - 20:30 *Conferência*

O destino de uma obra. O *Oráculo de Bolso* e a *Arte da Prudência* entre Gracián, Amelot e Elias
Roger Chartier (EHESS)

Mediação: Mônica Gama (UFOP)



Sessão de Pôsteres

3 e 4 de setembro

10:00 - 10:30 | 16:00 - 16:30

Hall do Auditório A 102 – CAD 2 (Campus Pampulha, UFMG)

A representação do feminino nas obras *O Verdadeiro Método de estudar* de Luiz Antônio Verney e *Discursos político-Moraes* de Joaquim Feliciano de Souza Nunes
Ana Paula Silva Santana (UFOP)

A Diocese de Mariana através das escritas episcopais
Anna Karolina Vilela Siqueira (UFMG)

As Invenções da Modernidade em Johannes Stradanus (Séc. XVI)
Augusto Godinho Vespucci (UFG)

A preservação dos manuscritos em tinta ferrogálica nos arquivos estaduais brasileiros

Bárbara Andrade de Oliveira Alves (UFMG), Marina Furtado Gonçalves (UFMG)

Cultura escrita e administração fazendária: os escritos de Manoel Jacinto Nogueira da Gama

Daiane de Souza Alves (UFOP)

Colosso e Bispo do Seridó: representações de José Bernardo de Medeiros nos periódicos do oitocentos

Dikson de Almeida Freire (UFRN)

A Relação do Forte da Junqueira (...) (c.1776): apontamentos sobre a obra e sua circulação

Fabiana Léo Pereira Nascimento (UFMG), Mateus Freitas Ribeiro Frizzone (UFMG)

Estudo comparativo dos testemunhos da Noticia Primeira Practica de João Antonio Cabral Camello dada ao padre matemático Diogo Soares: a transmissão de um texto em quatro séculos (XVIII-XXI)

Jean Gomes de Souza (USP)

Cultura escrita e o contrato dos diamantes: um estudo sobre os discursos das ilicitudes

Júlia de Cássia Silva Cassão (UFMG)

Memórias da escravidão na cidade de Santos: um estudo filológico de manuscrito oitocentista

Mariane Soares Torres (USP)

Estudo de técnicas e materiais empregados pelo calígrafo/pintor de Vila Rica

Marina Furtado Gonçalves (UFMG)

Diagnósticos históricos do governo colonial: Estudo da obra de José João Teixeira Coelho Minas Gerais – Século XVIII

Natália Cristina Santos Ribeiro (UFSJ)

Técnica de restauração como processo histórico: Laminação com acetato de celulose

Patricia Vaz de Mello Lavall (UFMG), Márcia Almada (UFMG)

Entre boticas, lojas e typographias: espaços de produção e circulação da cultura escrita na Cidade da Parahyba entre as décadas de 1830 e 1860

Thayná Cavalcanti Peixoto (UFMG)



Oficina prática em restauração de documentos gráficos
Reintegração de suporte com papel japonês preparado com adesivo Klucel G.
Mtra. Adriana Gómez Llorente (BN / UNAM/ MEX)

3 de setembro
14:00 - 18:00

Laboratório de Conservação-Restauração de Documentos Gráficos e Fílmicos – LaGrafí
Centro de Conservação-Restauração de Bens Culturais – CECOR
Escola de Belas Artes. UFMG

6 de setembro
14:00 - 18:00

Atelier de Papel
Escola Rodrigo Melo Franco de Andrade / Núcleo de Conservação-Restauração
Fundação de Arte de Ouro Preto – FAOP

Ana Paula Torres Megiani
Professora Livre Titular - Departamento de História
USP
megiani@usp.br

Escritos breves para circular: Relações, notícias e avisos durante a Alta Idade Moderna (sécs. XV-XVII)

A circulação de notícias surgiu na Europa em meados do século XV como forma de satisfazer a curiosidade e interesse de pessoas sobre acontecimentos que começavam a se tornar mais notórios. Relatos de viagens, batalhas, milagres, descobertas, fenômenos naturais e sobrenaturais passaram da oralidade para os manuscritos e, com a invenção da prensa de tipos móveis, também impressos, acrescentados de imagens em gravuras. África, Ásia e América são incorporados. Ao longo dos séculos XVI e XVII a circulação de notícias adquire um movimento mais intenso, levando ao aparecimento dos primeiros periódicos denominados mercúrios e gazettes, que, entretanto, convivem com as notícias manuscritas. Em todas as partes, colecionadores de relações, avisos, e notícias criam acervos de miscelâneas que merecem ser vasculhados. A compreensão desse processo permite refletir acerca das novas modalidades de escrita, mais breves, mais ágeis e efêmeras que passaram a informar à distância, acompanhando o movimento das viagens e a circulação de pessoas pelo mundo. As novas técnicas de impressão de textos e imagens e a agilidade da distribuição também fazem parte desse movimento que ganha, além disso novas dimensões — política e econômica — durante a Alta Idade Moderna.

Palavras-chave: cultura escrita; circulação de notícias; alta idade moderna.

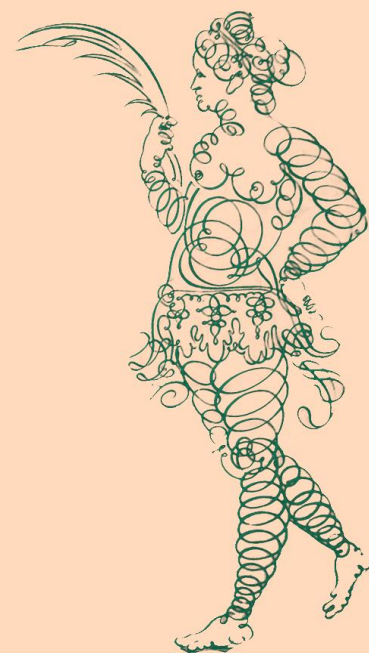


Guadalupe Rodrigues Dominguez
Facultad de Ciencias Sociales y Humanidades
Universidad Autonoma de San Luis Potosi
guadalupe.dominguez@uaslp.mx

Primeros vagidos de tipografía y biblioiconografía mexicana del siglo XVI

El estudio de la tipografía y la iconografía de la imprenta en México del siglo XVI sigue siendo un tema sin agotar. Aunque se han realizado algunos acercamientos al tema desde diversas

Palestras e Conferências



cultura escrita no
mundo moderno
seminário internacional
setembro de 2019

disciplinas faltan aún muchas aristas por atender. En este artículo se propone una nueva aplicación teórico-metodológica, la del análisis material, que permite rescatar información puntual sobre las características de cada una de las piezas usadas en el proceso de impresión, a partir de la mancha de tinta que estas dejan en el papel. Con el registro exhaustivo de los tipos y de los grabados xilográficos presentes en los impresos se forman los muestrarios de materiales que poseía cada imprenta. Estos muestrarios aportan información útil para la identificación del uso de los materiales impresorios durante el período activo de las imprentas. El análisis de los usos permite, a su vez, reconstruir parte de la intrahistoria de cada uno de los talleres de impresión.

Palavras-chave: imprenta manual mexicana; tipografía; biblioiconografía.



Guillermo Wilde
Universidad Nacional de San Martín/ Conicet/
guillermowilde@gmail.com

Fabián R. Vega
Universidad Nacional de San Martín/ Conicet/
Universidad de Buenos Aires
vegafabianr@gmail.com

De la indiferencia entre lo temporal y lo eterno: Élités indígenas, cultura textual y memoria en las fronteras de América del Sur

En este artículo analizamos la cultura textual indígena de las misiones jesuítico-guaraníes y exploramos la aplicabilidad de una distinción — establecida por la literatura lingüística — entre escrituras “temporales” (seculares) y “eternas” (religiosas). Primero, proponemos una tipología de la cultura textual misional a partir de los diferentes espacios usados por la élite indígena tales como el cabildo y las cofradías. Segundo, analizamos tres grupos de fuentes que incluyen la literatura espiritual en lengua guaraní, las cartas escritas por las autoridades municipales de las reducciones y los textos históricos producidos por indígenas o en idioma guaraní. Tercero, enfatizamos que la confluencia entre aspectos “temporales” y “eternos” adquiere fuerza como un dispositivo de afianzamiento de la continuidad histórica misional y como un incentivo para la constitución de una memoria indígena. Mostramos que la distinción entre escrituras “temporales” y “eternas” resulta simplista ya que las fuentes analizadas apuntan a la condensación de ambas dimensiones para dar forma a un modelo de persona virtuosa y una civilidad que es tanto política como religiosa.

Palavras-chave: cultura escrita; memoria; misiones de guaraníes



Quebra-cabeça africano: como um embaixador português, um geógrafo francês, um escritor inglês e um pirata imaginário transformaram a cartografia da África no século XVIII

Paris, 1725. O ano começara mal para o embaixador português dom Luís da Cunha (1662 e 1749), representante diplomático de dom João V (1689-1750) junto à corte de Luís XV (1710-1774), na França. Um incidente diplomático com o recém-nomeado embaixador francês em Lisboa, o abade de Livry, estremecia as relações entre Portugal e França. O impasse parecia se encaminhar para um rompimento definitivo das relações diplomáticas. Enquanto tais acontecimentos se precipitavam, em Paris dom Luís assistia a tudo impotente e contrariado. Como não conseguia dormir e apresentava “obstinados achaques” que lhe enfraqueciam a cabeça e o privavam “do útil e gostoso hábito que tinha feito da leitura”, o embaixador resolveu colocar seus criados para que, em voz alta, “ainda que mal”, lessem para ele alguma coisa. Essa rotina se tornou sua distração nas noites passadas em vigília. Com o intuito de que a tarefa não se tornasse penosa demais para seus serviçais, pareceu-lhe que devia dar a eles livros que fossem “proporcionados à sua curta compreensão, [e] também lhes inspirasse uma certa curiosidade” de maneira a não os entediar. Por estas razões, escolheu o tema das “viagens e, entre estas, as de Ásia e de África, porque (...) estando mais cheias de sucessos e descobrimentos de que menos ouviram falar, o desejo de o saber não os deixariam dormir”. De acordo com o seu próprio relato sobre essas noites mal dormidas, foi embalado por essas leituras que teve uma súbita inspiração – uma epifania -, que o levou a se interessar pela localização das possessões que Portugal possuía na África meridional: Angola e Benguela, na costa Ocidental; e Moçambique, na Oriental. A partir de um breve estudo da geografia local, conjeturou, então, que caberia aos portugueses estabelecer uma ligação terrestre entre as duas regiões. Inspirado nos livros de aventura passados nas savanas africanas que os criados liam em voz alta durante suas noites insones, dom Luís elaborou o projeto de travessia entre as duas costas da África meridional. Qual seria o livro que inspirou os sonhos do embaixador e em qual, como informou ao rei numa carta, encontrou a ideia já expressa? Já que não os nomeou, como decifrar esse enigma? Carlo Ginzburg comparou o trabalho do historiador ao do detetive, sigamos então algumas pistas para identificar tais obras. Para embasar seus planos e mostrar a viabilidade da empreitada era necessário saber a real posição dessas conquistas portuguesas na África. Para ajudá-lo nessa tarefa, requisitou a colaboração de um jovem geógrafo, então com 28 anos, o francês Jean Baptiste Bourguignon D’Anville (1697-1782), que produziu um mapa e uma memória geográfica, que explicavam, ilustravam e detalhavam o território. Que livros D’Anville utilizou para produzir seus mapas quando começou a colaborar com o embaixador no projeto de travessia? O objetivo dessa apresentação é investigar e identificar que livro, ou livros seriam os que inspiraram o embaixador a esboçar, juntamente com D’Anville, tal ideia. É aí que entram os atores ingleses dessa epopeia, que serão desvelados ao longo da exposição. O pano de fundo

dessa apresentação é desvelar o processo de circulação de informações entre a cartografia e os livros necessários para a produção do conhecimento geográfico no século XVIII.

Palavras-chave: Cartografia; Costa da África; Relatos de viagens.

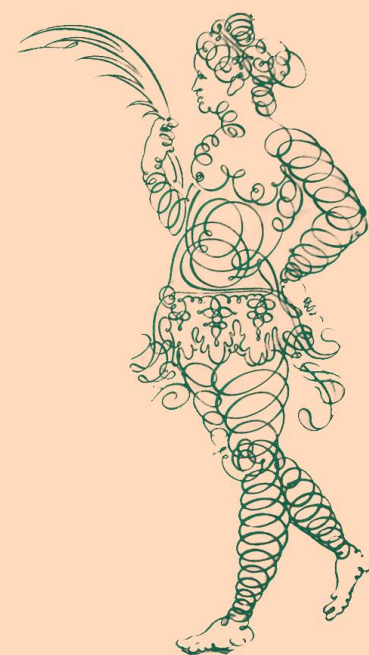
Adriana Gómez Llorente
Maestra en Museología
Jefa del Departamento de Conservación y Restauración
Biblioteca Nacional de México, Instituto de Investigaciones
Bibliográficas, UNAM
adrianagl@unam.mx

Sentido y evolución de la conservación y restauración de libros en México

En la actualidad, la conservación en el ámbito del patrimonio bibliográfico mexicano, representa la estabilización de los materiales documentales y su entorno, disminuyendo y evitando su deterioro, para garantizar su permanencia, el mayor tiempo posible. Por otra parte, la restauración, busca corregir los efectos de degradación que ya han sufrido los materiales, tanto física como químicamente. Tanto la conservación como la restauración tienen el objetivo de prolongar la vida de la memoria bibliográfica, para que las presentes y futuras generaciones tengan acceso a ella; no obstante, los criterios con los que se han ejercido a través de los años han cambiado de acuerdo con a las necesidades y las tendencias de cada época.

La intención de esta presentación es brindar un panorama general del pensamiento y preocupaciones que se tenían desde la década de los 60's y que permanecieron vigentes aún en la década de los 80's en México, respecto a la restauración y conservación de los materiales bibliográficos, así como los cambios que se han tenido. Es importante destacar, que en el análisis que se realizará de los criterios, técnicas, tratamientos y materiales empleados, tanto para la restauración como para la toma de decisiones en cuanto a conservación, ayer y hoy, se considerarán aspectos desde su contexto y perspectiva de cada momento, lo cual pretende explicar el pensamiento que se tiene actualmente en la Biblioteca Nacional de México para la atención de su Fondo Reservado.

Para comprender la perspectiva que se tenía anteriormente, se apoyará con la revisión del texto *Higiene y Terapéutica del Libro* escrito por Juan Almela Melía y publicado en 1956, el cual es el primer tratado de restauración de libros y papel, impreso en México. Cabe mencionar, que en este tratado, se detallan minuciosamente los tratamientos y materiales que se empleaban para la restauración de libros en aquella época como las tendencias más novedosas que llegaron a nuestro país y que fueron aplicadas en varios archivos y bibliotecas de gran importancia, como es el caso de la Biblioteca Nacional. Este texto también permitió descubrir las preocupaciones de aquel momento, así como



la manera de trabajar y de pensar, no solo del autor, sino de aquellos discípulos que aprendieron estas técnicas de restauración.

Por otra parte, se abordará la importancia de los estudios materiales que han tomado particular fuerza en la actualidad, donde la manufactura de los libros, las marcas de propiedad y procedencia, así como otras huellas que han quedado plasmadas en ellos, dan cuenta de diversos momentos históricos en los que los libro ha estado inmerso, y que actualmente son tomados en consideración además de el valor documental y de contenido. Hoy en día, se tiene una visión más completa del problema, donde el mayor esfuerzo se está enfocado en beneficiar a la mayor parte de la colección y prevenir daños, pero también ahora, los tratamientos de restauración son mucho menos agresivos e invasivos que los utilizados hace algunos años.

Palabras clave: Restauración de libros, criterios de intervención, evolución de los tratamientos en México.



Adriana Romeiro
Doutora em História
Professora do Curso de Graduação e do Programa de Pós-Graduação em História
Universidade Federal de Minas Gerais
adriana.romeiro@uol.com.br

Papéis sediciosos em Minas Gerais: as sátiras contra o governador D. Lourenço de Almeida

Esta comunicação tem por objetivo analisar a produção, os usos e a circulação de pasquins satíricos em Minas Gerais, a partir de um conjunto de “papéis sediciosos” produzidos em Vila Rica, no ano de 1732. Estes papéis, de autoria desconhecida, conhecidos por “Papéis de Vila Rica”, são compostos por cinco peças satíricas, em formato diverso, que tem em comum a crítica virulenta e implacável a D. Lourenço de Almeida, governador daquela capitania entre os anos de 1720 e 1731. Combinando a repreensão pública dos vícios do governador com um tom deliberadamente jocoso e galhofeiro, esses escritos jogam luzes sobre o mundo dos “papéis sediciosos” e da crítica política na Época Moderna.

Palavras-chave: sátira; pasquim; Minas Gerais; século XVIII.



Aléxia Teles Duchowny
Doutora em Estudos Linguísticos
Professora da Graduação em Letras e da Pós-graduação em Estudos Linguísticos
Universidade Federal de Minas Gerais
alexia Duchowny@gmail.com

Estatutos setecentistas de irmandades adamantinas

Foram editados quatro estatutos de irmandades, uma delas de ordem religiosa e as três outras de associações laicas. Os estatutos de irmandades são normas que regulam sobre a composição, o funcionamento e as obrigações de associações leigas ou religiosas de socorro mútuo, voltadas para o exercício da caridade e para a propagação da fé católica que se proliferaram nas Minas Gerais do ciclo do ouro. O *Estatuto da Ordem terceira de São Francisco* (1778, 57 fólios) pertence à Ordem Terceira de São Francisco é uma agremiação eclesiástica. O *Estatuto da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês* (1779, 27 fólios), refere-se a esta irmandade composta por negros e crioulos e vem seguida de uma reformulação. O *Estatuto de Nossa Senhora do Amparo* (1782, 15 fólios) indica várias obrigações, mas também vantagens de seus membros. O *Estatuto do Santíssimo Sacramento* (1785, 21 páginas) é de irmandade que tem como integrantes membros da elite local, sendo o único documento impresso, tendo sido produzido em uma oficina tipográfica de Lisboa em Portugal. Estas edições semidiplomáticas são produtos do projeto de pesquisa “Edição semidiplomática de documentos adamantinos setecentistas”, iniciado em 2010, na Faculdade de Letras da UFMG, com o apoio financeiro da Pró-Reitoria de Graduação da UFMG e da Fapemig. São objetivos do projeto tanto a preservação de um patrimônio linguístico mineiro de inegável valor cultural contra a ação temporal, como também a constituição de um *corpus* genuíno da língua portuguesa de Minas Gerais, mais especificamente na região da cidade de Diamantina. Todos os documentos estudados estão depositados no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Diamantina, na Rua do Contrato, 104, na própria cidade de Diamantina - MG. Além do cuidadoso trabalho de edição feito aos fólios integrantes que gerou esta coletânea publicada pelo Laboratório de edição da Fale-UFMG, houve a preocupação, também, em disponibilizar para a comunidade científica documentos até então inéditos, que poderão ser úteis à História, Sociologia, Letras e Ciências da religião. Optou-se por uma edição semidiplomática e fac-similar, buscando-se intervir o mínimo possível o texto e na sua linguagem.

Palavras-chave: Estatutos de irmandades; século XVIII; Minas Gerais.



Álvaro de Araujo Antunes
Doutor em História
Professor de História e do Programa de Pós-Graduação em História
Universidade Federal de Ouro Preto
alvoantunes@gmail.com

Forma e conteúdo: a cultura do escrito no pasquim afixado em Calambau, freguesia de Mariana, no ano de 1798

Na manhã do dia 14 de junho de 1798, foram encontrados afixados nos lugares “mais públicos” de Calambau, freguesia de Mariana, três pasquins. De mesmo conteúdo, o papeis anônimos destinavam-se a “injuriar e infamar” a honra do sargento-mor Manoel Caetano Lopes de Oliveira. Um exemplar desse pasquim encontra-se conservado no Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, anexado à devassa para apurar sua autoria. Esse documento raro, talvez um dos únicos exemplares desse gênero na América Portuguesa, será analisado nessa comunicação, destacando-se a forma da escrita e o conteúdo do injurioso de Calambau.

Os ataques à pessoa do sargento-mor Manoel Caetano Lopes de Oliveira ressaltavam, dentre outros eventos, as amizades que o militar possuía com os conjurados mineiros, incluindo o famigerado Tiradentes. Pelo conteúdo, o escrito mostra-se relevante por apresentar uma perspectiva depreciativa da chamada “Inconfidência Mineira”. Para além de toda importância histórica do evento ao qual faz referência, essa proposta de comunicação mobiliza questionamentos acerca das formas, usos, apropriações e intenções que conformam a “cultura do escrito”.

Com o termo “cultura do escrito” quer-se destacar a dimensão de difusão e cultivo de um conhecimento especializado (a escrita) como parte de um processo dinâmico e múltiplo de registro da memória e de comunicação. Nas Minas Gerais setecentistas, ainda que a escrita fosse um conhecimento e uma destreza limitada a um grupo de pessoas, tratava-se de um mecanismo comum de registro e comunicação utilizado pela administração secular e religiosa. Por diversos meios, as letras permeavam um universo difuso e cotidiano, regulando e registrando as transações financeiras nas pequenas vendas, viabilizando as comunicações ordinárias em bilhetes e cartas ou mesmo servindo de instrumento à detração e ao conflito.

Ao tratar do raro pasquim, do processo judicial e da devassa aberta para apurar sua autoria, essa comunicação visa conhecer, portanto, um pouco da difusão e do manejo da escrita em uma pequena comunidade mineira em fins do século XVIII. Precisamente, o objetivo da apresentação é tratar dos aspectos formais do pasquim de 1798, bem como dos conteúdos do documento. De forma mais abrangente, visa-se contribuir com os estudos da cultura escrita na Capitania de Minas Gerais, na virada do século XVIII para o século XIX.

Palavras-chave: Pasquim, Inconfidência Mineira, Cultura Escrita.



Beatriz Catão Cruz Santos
Doutora em História
Professora Associada II de História Moderna do Instituto de História e do PPGHIS
Universidade Federal do Rio de Janeiro
biacatao@gmail.com

O insigne pintor: uma leitura da autobiografia poética de Vieira Lusitano

A comunicação pretende apresentar uma leitura da obra *O insigne pintor, e leal esposo Vieira Lusitano, Historia verdadeira, que elle escreve em cantos lyricos* (Lisboa: Francisco Luiz Ameno, 1780), de Francisco de Matos Vieira (1699-1783), conhecido por Vieira Lusitano.

Vieira Lusitano, cuja trajetória interessa destacar, foi o realizador dos desenhos de *Corpus Domini* em Roma, por encomenda de D. Rodrigo Anes de Sá Almeida e Meneses, o futuro Marques de Abrantes. Este, por sua vez, foi nomeado embaixador por D. João V junto ao Papa Clemente XI e responsável pela política, que resultou na elevação da Capela Real de Lisboa à Catedral Patriarcal. O título de Marques de Abrantes lhe fora atribuído com prêmio pelo sucesso da embaixada, em 1718.

Em 1712, Vieira Lusitano acompanhara a comitiva de D. Rodrigo a Roma, aonde teve oportunidade de participar de uma pequena corte de poetas, artistas, arquitetos e músicos sob o patrocínio do primeiro. Também sob a direção do mecenas realizou diversos trabalhos: entre estes, o desenho da procissão romana que serviria de modelo para a memorável procissão de Lisboa de 1719, representado por escrito em *O insigne pintor*.

O desenho deve ser situado num contexto de **reforma** da procissão, que torna a procissão de *Corpus Christi* no reino e seus domínios mais “solene”, “decente” e destituída de elementos populares e tradicionais.

A ideia é fazer uma leitura de *O insigne pintor*, publicação posterior, considerando o gênero, suas características formais e a sua peculiaridade. Com isso, faz-se referência ao fato de que constitui uma autobiografia e de um pintor, um grupo social que não costumava gerar autobiografias no mundo português e católico do século XVIII. Ademais, nos interessa refletir por que essa autobiografia, em si peculiar, é produzida por intermédio da poesia lírica.

O insigne pintor é uma obra de 623 páginas, com dedicatória a José da Cunha Grã Ataíde e Melo e referências ao mecenas de Vieira Lusitano. A intenção é analisá-la considerando o texto e o frontispício, dando ênfase ao esboço traçado (no Canto V) sobre *Corpus Domine*, que serviria de modelo à procissão de *Corpus Christi* de Lisboa, em 1719 e, por seu intermédio, as demais procissões do reino português e seus domínios ultramarinos.

Palavras-chaves: *Corpus Christi*; autobiografia; poesia.



Escrever e publicar sobre a guerra da Restauração: a “Campanha de Portugal” em Lisboa e Madrid no ano de 1663

No ano de 1663 foram produzidos na Península Ibérica dois longos impressos que traziam as notícias das batalhas envolvendo a Coroa portuguesa e a Monarquia de Felipe IV. Nos primeiros meses desse ano, circulava pelas ruas de Madrid a *Campanha de Portugal por la parte de Estremadura*, escrita por Dom Jerónimo de Mascarenhas e que tratava, como indica o título, das movimentações da armada castelhana no ano anterior. Meses depois na cidade de Lisboa era impressa a *Campanha de Portugal pella provincia do Alentejo na primavera do anno de 1663*, da autoria de Dom Antonio Alvares da Cunha e que claramente respondia à primeira publicação. Diante dos ataques de Mascarenhas e da descrição das vitórias castelhanas, Cunha publicava mais de cem páginas em que esclarecia os leitores do primeiro impresso sobre as decisões estratégicas e de alianças envolvendo a Coroa de Bragança, além de enfatizar a superioridade portuguesa na guerra. Através da análise dos dois documentos, discorreremos acerca da produção de notícias sobre a guerra dos dois lados da fronteira. Procuramos ainda compreender o significado de escrever e imprimir num período de rupturas como a guerra da Restauração, em que tanto as vitórias quanto as alianças eram publicadas em papéis de notícias e passavam não só a circular através das distâncias, como também faziam parte do cotidiano dos súditos das duas Coroas.

Pequena parte de nossa tese de doutorado – que contou com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo (processo 2014/23614-7) e discorreu sobre a produção de notícias impressas em Lisboa e Madrid durante o período da Guerra da Restauração (1640-1668) –, a comparação do conteúdo dos dois documentos tornou possível perceber as diferenças na escrita dos dois autores, que discorriam sobre a guerra de lados opostos da fronteira. Dom Jerónimo de Mascarenhas preocupava-se em não atacar diretamente todos os portugueses, ironizava as notícias sobre a guerra que chegavam à cidade de Lisboa e chegou a solidarizar-se com a população daquele reino, deixando claro que seria apenas um pequeno grupo que apoiava a família dos Braganças. Ele toma partido dos portugueses que tem de deixar o norte da África com a entrega de Tanger e apela para o sentimento da população contra a decisão da rainha Dona Luísa e sua aliança com a Inglaterra. Do outro lado, Dom Antonio Alvares da Cunha escreveu ataques diretos ao autor do primeiro documento – ainda que sem mencionar seu nome – e a todos os castelhanos, que recebem invariavelmente o mesmo conjunto de características negativas, ora afirmando que suas conquistas eram insignificantes no interior da guerra, ora enaltecendo os oficiais portugueses em detrimento dos soldados castelhanos.

Palavras-chave: Cultura Escrita; Circulação de notícias; Guerra da Restauração.



Christiane Benones de Oliveira
Doutoranda em Estudos Linguísticos
Universidade Federal de Minas Gerais.
christianebenonesoliveira@gmail.com

Sistema de abreviaturas em documentos manuscritos e tipográficos portugueses: análise diacrônica

Nesta apresentação busca-se compreender a importância do estudo de documentos manuscritos acerca do uso da Língua Portuguesa. Por evidenciar um uso pretérito da língua portuguesa, contribuindo para o avanço do conhecimento desses estados de língua, os textos antigos assumem uma grande importância para os estudos diacrônicos. Tendo em vista essa riqueza, a maior parte dos pesquisadores que utilizam documentos manuscritos como *corpora* de pesquisa devem dar preferência aos textos fidedignos, criteriosamente armazenados segundo normas da edição crítica de textos, conforme será discutido. Para tanto, como resultado da pesquisa de mestrado realizada na Universidade Federal de Ouro Preto, intitulada “Estudo comparativo das abreviaturas em documentos politemunhais do testamento do rei D. Pedro II, de Portugal”, este trabalho busca sistematizar e analisar as abreviaturas presentes nos testemunhos do testamento do Rei Dom Pedro II. Escrito em 1704 pelas mãos de seu amigo e confessor, Padre Sebastião de Magalhães, e posteriormente transcrito nas datas de 1726, 1746 e 1967, sendo o último, tipografado. O sistema abreviativo, bem como outros fenômenos linguísticos, sofrem mudanças ao longo do tempo e, para compreendê-las é necessário o estudo exaustivo das fontes documentais em que estão inseridas. Apresentar estudos sobre os documentos de épocas passadas nos permite conhecer mais a nossa língua e compreender alguns aspectos do seu uso. Serão demonstrados, ainda, alguns aspectos paleográficos existentes no Processo que causaram dificuldades no momento da edição. O procedimento metodológico se deu em três etapas: a escolha dos manuscritos, a edição dos corpora e análise dos dados.

Palavras-chave: Abreviaturas; Paleografia; Linguística Histórica.



Cláudio DeNipoti
Doutor em História
Docente do mestrado em História Social da UEL e do
mestrado em História, Cultura e Identidades da UEPG
Professor associado do Departamento de História da UEL
denipoti@uel.br

A tradução de O pastor fiel, de Giovanni Guarini e os percursos do livro em Portugal no final do século XVIII

A segunda metade do século XVIII assistiu, em Portugal, ao surgimento de uma grande quantidade de traduções para o Português de toda ordem de obras publicadas em outras partes da Europa. Os luso-brasileiros formados na Universidade de Coimbra após as reformas pombalinas, frequentemente colocados a serviço da coroa, foram responsáveis

por uma grande parte dessas traduções. Este é o caso da tradução, publicada em 1789, do *Pastor fiel*, de Giovanni Battista Guarini, feita por Tomé Joaquim Gonzaga, carioca radicado em Lisboa. *Il pastor fido*, título original da obra, é um drama pastoral composto no final dos anos 1580 e publicado pela primeira vez em Veneza e Ferrara em 1590, tendo sido encenado em Pádua, no mesmo ano. A obra teve uma centena e meia de edições até o fim do século XVIII, metade das quais em traduções para o francês, holandês, inglês, alemão e espanhol. Porém, a única tradução portuguesa foi a de Tomé Joaquim Gonzaga, primo do poeta Tomás Antonio Gonzaga, que estudou direito em Coimbra antes de retornar ao Brasil para atuar como auditor militar no Rio de Janeiro até retornar para Portugal, na virada do século. Gonzaga, que era fluente em italiano, francês e inglês, era também apaixonado por teatro, tendo traduzido diversas peças que foram representadas no teatro São Carlos. A tradução do *Pastor fiel* foi apresentada à Real Mesa Censória em 1788, foi aprovada pelos censores, e impressa na Regia Officina Typografica no ano seguinte, para ser proibida por edital da Rainha em fins daquele ano porque “Me constou, que algumas pessoas de mais delicada consciência se offendião da sua lição”. A menção, no edital de proibição, às edições italianas, e às traduções francesas e espanholas nos faz pensar sobre a circulação desse livro em Portugal, uma vez que se tratou de obra amplamente popular em toda a Europa, e não há menções oficiais à proibições antes deste edital de 1789. Também, levando-se em conta o próprio arcadismo português do século XVIII, é de se questionar as razões para a absoluta ausência de traduções para o português antes da de Gonzaga. Essas são as questões que guiam esta investigação no universo da literatura, das traduções e do comércio de livros em Portugal entre os séculos XVI e XVIII.

Palavras-chave: Cultura escrita; século XVIII; traduções para o português.



Daniel Pimenta Oliveira de Carvalho
Doutor em História e Civilizações
École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris
muriquid@gmail.com

Francia interessada con Portugal: a diplomacia da Restauração e a publicística de Antonio Moniz de Carvalho

O terreno diplomático foi um dos mais importantes e vulneráveis de todos os flancos políticos abertos pela Restauração da monarquia portuguesa em 1640, após sessenta anos sem representações próprias na Europa. Nas décadas anteriores, marcadas pela expansão da Guerra dos Trinta Anos, a publicação de livros e panfletos se afirmou como um aspecto significativo para a condução política e diplomática daqueles conflitos, num processo de que participou também a multiplicação de folhas de notícias impressas no continente. Cada vez mais, agentes diplomáticos de diferentes origens procuravam se valer deste contexto de difusão e discussão pública sobre a atualidade europeia, intervindo sobre a circulação de periódicos e outras publicações, impressas ou manuscritas, de variados gêneros e formatos. Tais atividades, que visavam apoiar os objetivos das embaixadas em questão, demonstram o quanto seus membros reconheciam a necessidade ou a utilidade de

se interessar pela opinião de uma parte da população para além daquela instruída no segredo das negociações, e de se dirigir a este público para favorecer o sucesso de suas empreitadas.

No caso da diplomacia da Restauração portuguesa, a interrogação sobre o papel desempenhado por suas iniciativas editoriais aparece como um caminho estimulante para compreender sua atuação de forma integrada aos ambientes políticos, sociais e culturais encontrados por seus agentes. Em território estrangeiro, as intenções e as ideias trazidas pelos enviados de Portugal deviam se confrontar à conjuntura e às práticas políticas locais, que determinavam largamente os meios de ação disponíveis e sua eficácia. A reconstituição da gênese dos livros e de outros impressos produzidos sob os auspícios das delegações portuguesas de então tem revelado uma significativa autonomia dos diplomatas e seus associados na construção de suas estratégias de publicação, assim como uma vontade recorrente de adaptação e de diálogo com o cenário editorial e político em que pretendiam intervir.

Neste sentido, as obras escritas na França pelo secretário e residente Antonio Moniz de Carvalho são exemplares, e ímpares ao mesmo tempo. No período compreendido pelas duas embaixadas do conde da Vidigueira a Paris, Moniz publicou notadamente dois livros tratando diretamente de assuntos centrais para as negociações em curso, produzindo o que se poderia chamar de publicística diplomática. Nesta comunicação, examinaremos elementos discursivos e materiais presentes nessas publicações, principalmente na primeira delas, a *Francia interessada con Portugal en la separación de Castilla*, de 1644, procurando reconhecer as intenções de seu redator, assim como as reflexões e reações que elas pretendiam suscitar nos leitores. Desenvolvendo uma argumentação que joga com as tensões que agitavam a política francesa sob a regência de Ana de Áustria, Moniz procurava influenciar em primeiro lugar os indivíduos que frequentavam os círculos mais altos do poder monárquico francês, mas ele não deixa jamais de ter em conta a consciência destes atores políticos a respeito do grau de difusão do texto que liam, inclusive no caso dos *Esfuerços de la razón para ser Portugal incluido en la paz general*, de 1646, cuja publicação impressa se situava nos limites entre a esfera do segredo e a da publicização da política.

Palavras-chave: cultura impressa; diplomacia; Restauração portuguesa.



Daniel Saraiva
Doutor em história pela Université Paris IV- Sorbonne
Pós-doutorando em história
Universidade Federal do Rio de Janeiro
danielmpsaraiva@gmail.com

“Asinei de meu sinal”: a escrita plebéia no Portugal dos séculos XVI e XVII

Desde há muito, consolidou-se nos círculos acadêmicos a crença – tão arraigada que poucos se preocuparam em verificar-lhe a validade empírica – de que o Portugal do Antigo Regime era uma ilha de letrados rodeada por um mar de analfabetos. Repetida à

exaustão nos meios jornalísticos, literários e cinematográficos, tal lugar comum historiográfico contribuiu significativamente para reforçar a convicção, mais ou menos generalizada, de que nós, brasileiros, somos herdeiros de uma sociedade visceralmente obscurantista e conservadora, cujo legado espúrio constitui a causa última de nossas imorredouras mazelas sociais. Embora a tese de Rita Marquilhas tenha, há quase vinte anos, demonstrado que os níveis de letramento no Portugal da Era Moderna eram muito superiores ao que sugere a vulgata comum, ainda hoje o mito de uma sociedade massivamente analfabeta não apenas se perpetua, como parece confirmar-se pela escassez de estudos sobre as camadas populares em um contexto acadêmico marcado pelo domínio quase absoluto da história das elites. De fato, a figura do Portugal iletrado harmoniza-se bem com a imagem do Portugal elitista, onde a política – como de ordinário se supõe – era o apanágio de uma pequena casta de nobres, clérigos e juristas, em detrimento da massa ignorante e alienada do povo, cuja participação nos assuntos públicos se resumia aos espasmos episódicos dos motins da fome e dos levantes antifiscais. Tais representações são, entretanto, gravemente distorcidas. Em verdade, ao contrário do que se costuma crer, as populações lusitanas faziam usos diversos da escrita, inclusive para fins políticos. Os homens e mulheres de extração comum – que a cultura nobiliárquica da Era Moderna comparava a uma hidra de mil cabeças, incapaz de conciliar suas vontades contraditórias, ou a um monstro cego cujo comportamento impulsivo oscilava entre a indiferença apática e a revolta irascível – escreveram diários, autobiografias, livros de família, cartazes, panfletos, libelos, poesias, cartas e, sobretudo, leram e ouviram ler, comentaram e ouviram comentar, com vivo interesse, uma ampla gama de textos, especialmente quando tratavam dos problemas do governo da comunidade. Analisando um conjunto de memoriais e documentos autógrafos redigidos por plebeus portugueses no alvorecer da Era Moderna, a presente comunicação pretende desmentir a recorrente alegação de que a suposta carência de fontes nos impede de escrever uma história dos grupos populares que não seja mediada pelo olhar deformador das elites privilegiadas a quem devemos a maior parte dos registros históricos disponíveis. Em consonância com as recentes inovações da história do livro, da comunicação política e da política popular, esperamos contribuir para desmistificar uma série de ideias feitas que prejudicam há muito o bom entendimento de nosso passado, induzindo, amiúde, a uma má compreensão da natureza dos dilemas que se nos deparam no presente.

Palavras-chave: história moderna de Portugal; cultura escrita; política popular.



Denise Aparecida Sousa Duarte
Doutora em História
Pós-doutoranda do Programa de Pós-graduação em História
Universidade Federal de Minas Gerais
ddenao@yahoo.com.br

Os testamentos de Vila Rica na primeira metade do século XVIII: memória e materialidade

Os testamentos provenientes de Vila Rica na primeira metade do século XVIII foram elaborados com o intuito de formar uma memória a respeito dos testadores e esta pode ser classificada em dois níveis: a partir do objeto em si, pois, ao transformar suas últimas vontades em um elemento material, eles poderiam alargar a rememoração de sua pessoa através do tempo e, em um segundo nível, fazendo que a escrita desse documento proporcionasse a eles uma oportunidade para destacá-los como homens religiosos. Ao converter seus anseios finais em algo material, palpável, capaz de perdurar para além da existência terrena do próprio testante, esse homem, de certo modo, prolonga sua presença, ainda que por meio de suas determinações inseridas dentro de uma estrutura de escrita padronizada. Essa situação somente se torna possível pela utilização de um elemento material, possibilitando que as vontades desses sujeitos sejam respeitadas e consultadas mesmo após sua morte, pois foram transmitidas aos demais através de um ato de escrita ou ditado para a escrita, uma vez que aqueles que não sabiam escrever demandavam a outrem que o fizesse por ele. É a escrita, portanto, que converte os propósitos do testador em algo concreto e viabiliza a manutenção de sua memória. A elaboração desse elemento de rememoração segue, contudo, um ideário relacionado à esfera religiosa, inserindo o testador na comunidade dos fiéis católicos – característica primordial daquele tempo –, mas também destacando seus atributos particulares de bom cristão, sendo a descrição de seus desejos finais expressos pelos testamentos passíveis de serem ligados, em sua totalidade, aos preceitos religiosos. O trabalho proposto pretende, assim, ressaltar a constituição de uma memória religiosa dos testadores de Vila Rica da primeira metade do século XVIII a partir da transformação de suas últimas vontades em escrita, por meio dos testamentos.

Palavras-chave: Testamentos; materialidade, Catolicismo.



Diná Marques Pereira Araújo
Mestre em Ciência da Informação
Bibliotecária Conservadora do Acervo de Obras Raras da UFMG
Discente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (Doutorado)
Universidade Federal de Minas Gerais
dina-araujo@bu.ufmg.br

Fabício José Nascimento da Silveira
Doutor em Ciência da Informação
Professor de Graduação em Biblioteconomia e do Programa de Pós-Graduação em Ciência
da Informação
Universidade Federal de Minas Gerais
fabrisilveira@gmail.com

O Livro Raro na Biblioteconomia Brasileira: influências, impactos e delimitações dos discursos da Bibliofilia nas práticas profissionais e institucionais

O trabalho apresenta e discute práticas socioculturais vinculadas à Bibliofilia que contribuíram para a elaboração do conceito de livro raro no âmbito do colecionismo *librario* do século XVIII. **Objetivo:** Identificar os fundamentos históricos e teóricos que amparam a formulação do conceito de livro raro no século XVIII, especialmente no universo da Bibliofilia, com o intuito de contextualizar a definição da raridade e a reverberação desse conceito no campo da Biblioteconomia. **Método:** Para tanto, realizou-se pesquisa exploratória e teórico-descritiva com enfoque histórico-cultural para Bibliofilia, Bibliografia e o conceito de livro raro na Biblioteconomia brasileira. A coleta de dados foi feita por meio de pesquisa bibliográfica e documental a partir de leituras da história da Bibliofilia; análise documental de Bibliografias de Livros Raros; e análise documental da produção científica, da Biblioteconomia brasileira, sobre o conceito de Livro Raro. **Resultado:** A partir da análise dos paratextos das bibliografias de Clement, DeBure e Vogt foram elencados os itens que estruturam o conceito de livro raro no século XVIII, identificado como sistema axiológico da raridade. O estudo desse sistema demonstrou que a raridade é uma construção elaborada para atender aspectos específicos do colecionismo *librario* pelo comércio livreiro. Ao comparar a raridade bibliofílica com os discursos da Biblioteconomia, para a definição da raridade, é possível apontar as semelhanças e as influências da Bibliofilia nos discursos profissionais e institucionais da Biblioteconomia brasileira. **Conclusão:** A pesquisa sinaliza que o sistema axiológico da Bibliofilia, construído entre livreiros no século XVIII, é um sistema forjado para atender exigências e pré-requisitos específicos do universo da Bibliofilia. Tal sistema foi adotado pela Biblioteconomia brasileira e se impôs, sobretudo, nos discursos institucionais das bibliotecas. Dentre as questões que surgem deste cenário está a necessidade de compreender o contexto da reprodução da raridade nas bibliotecas brasileiras e refletir acerca da adequabilidade de seu uso na contemporaneidade, especialmente naquilo que se refere à valoração e à significação do patrimônio bibliográfico.

Palavras-chave: Bibliofilia (século XVIII), Raridade, Biblioteconomia (Brasil, século XX-XXI).



Evânia França Soares
Mestre em Direito Processual Penal pela UFMG
Advogada criminalista
evania.franca@gmail.com

Segredos registrados, a escrita nos processos inquisitoriais

O processo inquisitorial moderno tem como duas de suas características principais a escrita e o sigilo. A escrita que pode ser vista como meio para a publicização, para a circulação e a crítica não é assim compreendida no contexto do processo inquisitivo moderno. No processo inquisitorial, afirma Nicole Dyonet, “autores e leitores formam um grupo profissionalmente homogêneo pois as peças dos processos redigidas sob a autoridade de um juiz são exclusivamente destinadas a outros magistrados”¹. Ao mesmo tempo que registrados por meio da escrita, esses documentos são sigilosos, dirigidos apenas aos juízes dos casos. Nem o réu tinha acesso a esses documentos², respondendo a uma acusação desconhecida por ele.

Trata-se de um escrever institucional reprodutor de uma estrutura autoritária e silenciadora. Uma escrita que cala. Não é raro ver nos processos - tanto da inquisição portuguesa quanto da inquisição francesa – uma padronização das falas, uma objetificação do condenado. A fala do réu reproduzida no processo se mistura à fala do inquisidor. Os sujeitos do processo que eram dois: juiz, que julgava e acusava (não havia distinção entre sujeito acusador e julgador) e réu tornavam-se, por meio da escrita, em apenas um, pois o réu, à força da pena, se confundia com o julgador e se tornavam em um só.

O que se tem pesquisado e pretende-se comunicar no Seminário Internacional Cultura Escrita no Mundo Moderno é o papel específico da escrita no contexto do processo inquisitorial.

Palavras-chave: Processo inquisitorial, escrita, sigilo.



¹ “...auteurs et lecteurs forment un groupe professionnellement homogène puisque les pièces du procès rédigées sous l’autorité d’un juge sont exclusivement destinés à d’autres magistrats”. (Tradução nossa), disponível em: <https://www.persee.fr/doc/ds_0378-7931_1987_num_11_3_1512>

² Nem o papa tinha acesso aos autos do processo. O acervo de processos referentes à Inquisição portuguesa, por exemplo, só se tornou público por volta de 1.960.

Flávia Carolina de Oliveira Andrade
Graduada em História | Graduanda em Arquivologia
Responsável pelo Setor de Conservação de Documentos do Arquivo Público Mineiro
Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais
flaviacoandrade@gmail.com

Desenvolvimento de políticas institucionais de preservação de acervos em suporte papel: o caso do Arquivo Público Mineiro

O Arquivo Público Mineiro - APM é a instituição arquivística responsável pela guarda, preservação e disponibilização dos documentos produzidos e acumulados pelo Poder Executivo do Estado de Minas Gerais. Criado em 1895, armazena os documentos administrativos da Capitania e Província, sendo responsável por garantir a integridade e acesso de um acervo com mais de 300 anos. Para tanto, faz-se necessário o desenvolvimento de políticas institucionais que padronizem e deem transparência às tomadas de decisões quanto à preservação desse acervo, de forma a garantir o uso às gerações presentes e futuras. Essa comunicação se propõe a apresentar o panorama atual das políticas institucionais do APM, em consonância com a realidade de recursos financeiros, humanos e materiais, assim como das necessidades decorrentes da adoção de índices de preservação adequados ao suporte papel, com o intuito de discutir os desafios e a importância de um trabalho pautado nas ferramentas da conservação preventiva e as dificuldades enfrentadas para sua gestão e manutenção sustentável.

Palavras-chave: Arquivo Público Mineiro; políticas institucionais; preservação de acervos.



Francis Albert Cotta
Doutor em História (UFMG)
Professor no Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública e Cidadania
Universidade do Estado de Minas Gerais
francis.antropologia@gmail.com

Escrita e aplicação dos regulamentos militares do Conde de Lippe no Império Português: representações, apropriações e práticas de leitura (Brasil e Portugal - século XVIII)

Sob a égide do despotismo esclarecido do futuro Marquês de Pombal e por indicação da Inglaterra, aportou em Portugal, em 1762, o oficial militar alemão Wilhelm Zu Schaumburg-Lippe. Ele assumiu o comando do exército e realizou uma ampla reforma militar. Nessa época, Portugal se preparava, com o auxílio de forças britânicas, para a guerra contra a França e a Espanha, com seus reflexos na América portuguesa. Como um dos pontos centrais da reforma, Lippe instituiu regulamentos, inspirados nos de Frederico II da Prússia, que foram impressos e teriam validade em todo o Império português. Um dos critérios seguidos por Lippe era estimular, pela emulação, a disciplina das tropas por

meio de severíssimas penas corporais, que iam desde a prisão a pão e água, até açoites e fuzilamento (penas definidas nos seus Artigos de Guerra, que vigoraram no Brasil até 1907). Era necessário manter os corpos militares em condições de emprego, por meio de frequentes exercícios de táticas nos “campos de instrução” (exercícios estes elencados nos regulamentos). Em sua percepção, a instrução seria facilitada pela instalação de bibliotecas militares em cada guarnição e, para tal, indicava o rol de livros permitidos e os procedimentos a serem realizados. Nesse esforço, em 1763, foram instituídas aulas nos quatro regimentos de artilharia existentes no continente. As novas diretrizes, inseridas em seus regulamentos, buscavam revitalizar conceitos como honra militar, espírito de corpo, valor profissional e fidelidade ao soberano. As reformas estavam direcionadas para novos métodos de treinamento, disciplina e tática. Também propôs redefinir o recrutamento dos oficiais, aproveitando-se do Real Colégio dos Nobres e da Academia Militar. Isso era fundamental, pois exigia-se que os sargentos-mores lessem os regulamentos para a tropa sob seu comando. Diante desse quadro, o presente estudo busca lançar luz sobre aspectos que possibilitem entender o processo de produção, circulação, distribuição, apropriação e práticas de leitura dos regulamentos do Conde de Lippe de uma cultura militar ibérica católica, diante de uma matriz anglo-saxônica protestante, o que faz pensar nos códigos, diferenças e tensões culturais na luta pela representação. Num ambiente em que poucos militares sabiam ler e escrever colocam-se as seguintes questões: como se operacionalizaram as bibliotecas militares idealizadas por Lippe; como se deu a recepção de suas ideias; quem eram os leitores e quais suas estratégias de leitura e que sentidos eles atribuíram aos textos diante de suas realidades? Para responder - mesmo que parcialmente - algumas dessas questões se utilizam-se de fontes do século XVIII, disponíveis em acervos localizados em instituições de pesquisa portuguesas e brasileiras. Elegeram-se dois casos, um ocorrido em Portugal e outro na América portuguesa, em busca das apropriações e dos significados atribuídos aos regulamentos militares de Lippe, dos quais não se pode desconsiderar os condicionantes sociais, institucionais e culturais dos leitores e atores sociais envolvidos.

Palavras-chave: Escrita e Práticas de Leitura Militares. Regulamentos Militares. Representações Militares Luso-Brasileiras.



Gabriela Azevedo
Doutora em História
Professora na Fundação Municipal de Educação de Niterói
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
gabiaz2001@yahoo.com.br

Sobre as mais de vinte cópias do Tratado descritivo do Brasil em 1587 de Gabriel Soares de Sousa

O português Gabriel Soares de Sousa chegou a Salvador em agosto de 1569, casou-se com a filha de um dos primeiros provedores da Fazenda, tornou-se um dos grandes senhores de engenhos da Bahia, foi vereador da câmara e viu crescer seu patrimônio e

prestígio. No dia 10 de agosto de 1584 lavrou seu testamento e partiu em seguida para o reino, onde apresentou a Felipe II um dos mais ricos escritos quinhentistas sobre o Brasil.

O Cardeal Alberto, vice-rei de Portugal, enviou uma carta ao seu tio, o monarca dos Áustrias, em 12 de julho de 1587, informando sobre a presença de Gabriel Soares em Lisboa e sua ida a Madri para falar pessoalmente sobre minas a serem descobertas. O matemático e piloto Pedro Sarmiento, também em busca de uma atenção especial do monarca, afirmou ter visto Gabriel Soares no Palácio El Escorial, em 1587.

A fortuna escrita do senhor de engenhos é substancial e sofreu, assim como outros escritos quinhentistas, percalços inumeráveis. Revelados, autenticados ou descobertos em tempos distintos, fizeram do colono português e das peripécias das suas obras testemunhos não só do seu tempo, mas igualmente das transformações do olhar historiográfico e da história da escrita. Gabriel Soares ofereceu um *Roteiro Geral de toda a costa do Brasil* e um *Memorial da Bahia de Todos os Santos*, que vieram a se tornar o *Tratado descritivo do Brasil em 1587*, além de um libelo antijesuítico, os *Capítulos de Gabriel Soares de Sousa contra os padres da Companhia de Jesus no Brasil*. Diferentemente dos *Capítulos*, o *Tratado* possui um número expressivo de cópias manuscritas espalhadas por diversos arquivos e bibliotecas, encoberto pelo estabelecimento de uma matriz única pelo historiador Francisco Adolfo de Varnhagen em 1851, continuamente reproduzida.

Esta comunicação traz um panorama destas cerca de vinte cópias existentes problematizando as questões referentes à identificação dos seus copistas, os porquês das reproduções, as marcas singulares e a sua presença em diversas instâncias pelo “valor simbólico e material”, como “verdadeiros tesouros”, obras de arte, nas bibliotecas de curiosidades, nos conjuntos de miscelâneas ou por razões estratégicas de Estado. Enfim, uma gama de temas nada desprezíveis envolvidos na história dos escritos e da leitura.

Palavras-chave: Gabriel Soares de Souza; Manuscritos, Francisco Adolfo de Varnhagen.



José Newton Coelho Meneses

Doutor em História

Professor do Curso de Graduação e do Programa de Pós-Graduação em História

Universidade Federal de Minas Gerais

jnmeneses@gmail.com

Escritos sobre a natureza útil. Manuais para o mundo rural e a filantropia na cultura luso-brasileira do final do século XVIII.

“Sem livros não há instrução”. Essa frase assertiva conformava os objetivos da casa Literária do Arco do Cego e compunha a identificação de suas edições. A instrução dos povos era o objetivo que mediava o progresso da nação portuguesa, objetivo maior, pensado em explorações de seus potenciais minerais e, sobretudo, de suas possibilidades agrárias. Essa comunicação visa analisar as edições de cerca de 35 manuais de agricultura e pecuária realizadas pelo Arco do Cego entre os anos de 1799 e 1801 e suas perspectivas como textos circulantes e como leituras instrutoras para os povos da América portuguesa e do Reino. Tais edições são de escritos encomendados aos homens que faziam parte do

círculo científico de Frei José Mariano da Conceição Veloso, o editor, bem como, traduções feitas pelo franciscano ou por ele encomendadas a outros. De originais franceses, belgas, ingleses, dentre outras origens, os textos eram adaptados e comentados para aderirem a uma realidade luso-brasileira que Frei Velloso julgava conhecer bem. Os escritos sobre a utilidade da natureza transformada pelo homem representavam um diálogo intenso com uma “nova agricultura” que se propunha na Europa central desde meados do século XVIII e que tinha em Duhamel du Monceau, agrônomo francês, um dos exemplos primordiais de homem de uma ciência experimental fundamentada no ideal da “filantropia”. Esta se apresentava como uma “atitude científica”, como a apresenta Lorelai Kury, ou como estudada por Catherine Duprat, como uma vertente romântica e prática da ciência que buscava a satisfação das necessidades das populações europeias e o fortalecimento material e simbólico da nação. Seria uma virtude natural do ser humano de amor a seu próximo que no meio dos homens de ciência se apresentaria como a laicização do sentimento de caridade; um sentimento de amor ao igual; de amor à condição de “humanidade”. A ciência europeia seria, assim, o instrumento da filantropia europeia: objetivava conhecer e permitir com o conhecimento a mudança do mundo em direção ao progresso e, com ele, encontrar o caminho da prosperidade social. Para Duprat, esse sentimento/atitude do homem de ciência é uma característica importante do “Iluminismo tardio”. Escritos sobre a realidade experimentada e livros contendo as instruções para a transformação dessa realidade foram instrumentos primordiais para expressar esse sentimento/atitude dos homens de ciência. Frei José Mariano da Conceição Velloso e seu círculo de cientistas luso-brasileiros comungavam dessa ideia e produziram livros para circular em na América portuguesa. Dialogaram com os leitores desses escritos, respondendo suas cartas e produzindo novos manuais que respondessem às suas dúvidas. Diálogo igual era feito com os produtores de escritos e de livros em outras partes do mundo europeu, da América do Norte e do Caribe. A natureza, na concepção desse círculo científico, era para ser transformada e os escritos e as edições deveriam enunciar a sua utilidade.

Palavras-chave: Manuais de agricultura e pecuária; “Filantropia”; Progresso.



Kleber Clementino
Doutor em História
Professor do Departamento de História
Universidade Federal Rural de Pernambuco
kleberclementino1@gmail.com

As relações históricas lusocastelhanas da Guerra Holandesa no século XVII

Esta comunicação oral terá o propósito de caracterizar as relações históricas lusocastelhanas da Guerra Holandesa (1624-1654), compostas no interior dos impérios ultramarinos português e espanhol, entre 1625 e 1660. No século XVII ibérico, a escrita sobre o passado era atividade vária e segmentada, dotada de um grau de complexidade

ainda pouco examinada pelo campo da história da historiografia. O relatar e o historiar eram, então, tidos como tarefas intelectuais distintas. Podia-se, sim, oferecer ao leitor um relato ou “relação” de acontecimentos recentes e inéditos, costumeiramente em panfletos, cumprindo funções retóricas e editoriais específicas, *événements*, por assim dizer, ligadas ao registro de “sucessos”, gênero cujo desenvolvimento dará origem ao periodismo moderno. Podia-se, por outro lado, abordar o passado mediante uma obra histórica, amiúde *in-folio*, consagrando façanhas e personagens já em certa medida conhecidos, julgados dignos de rememoração e apresentados numa linguagem “elevada”, alimentada pelos *topoi* da erudição tardomedieval e renascentista. Entre um polo e outro, os letrados seiscentistas começam a desenvolver uma abordagem intermediária, a relação historial: quase sempre cronologicamente próxima aos eventos, saindo a lume em opúsculos *in-quarto*, cumpria, tal como a relação de sucessos, funções de minucioso registro e desvelamento dos acontecimentos; todavia, valendo-se não raro de relações já previamente publicadas, a relação historial vai além, submetendo aqueles acontecimentos a um tratamento historiográfico mais ambicioso, mobilizando o saber erudito da época (de fundo pagão ou eclesiástico), de modo a amplificar, dar envergadura e simbolismo aos eventos, arriscando sua primeira inscrição nos anais da história pátria. Trata-se de uma estratégia de escrita da história em vias de amadurecimento – muito embora o adjetivo “historial” fosse empregado a publicações desde a Idade Média – o que permite compreender seus contornos às vezes ainda indefinidos. Dito de outro modo, relações historiais como a *Jornada dos Vassalos da Coroa de Portugal*, de frei Bertholameu Guerreiro, a *Restauracion de la cidade de Salvador*, de Tamayo de Vargas, e a *Epanaphora Triunfante*, de D. Francisco Manoel de Mello, relatam com uma mão e historiam com a outra, começando a cumprir um papel que, mais tarde, no século XVIII, assumirão propriamente as memórias históricas.

Palavras-chave: Escrita da História; Guerra Holandesa; Relações historiais.



Lívia Bernardes Roberge
Mestra em História
Discente do Programa de Pós-Graduação em História (Doutorado)
Universidade Federal de Minas Gerais
liv.roberge@gmail.com

Representações radicais: construção e disputa de identidades nos panfletos Diggers (1649-1652)

Dentre os diversos grupos radicais que se mobilizaram no período das Guerras dos Três Reinos (1640-1660) os *Diggers* ficaram notórios principalmente devido à sua oposição à política de cercamentos que vinha sendo implementada na Inglaterra, sobretudo a partir do período Tudor. Suas apaixonadas defesas da terra como um presente divino que deveria ser desfrutado por todos, com forte fundamentação teológica e impulso milenarista, foram disseminadas pela Inglaterra do Interregno através da publicação de panfletos e *broadsides*, além de promoverem ocupações em propriedades cercadas.

Entretanto, há uma faceta da atuação, ou ainda, o que se pode considerar uma parte da estratégia adotada pelos *Diggers*, que é de extrema importância para compreendermos a natureza das disputas radicais travadas nesse contexto: a questão das construções e disputas de suas representações frente aos demais grupos radicais da época, à imprensa, e mesmo ao governo, por meio dos impressos. Na sequência da “virada linguística”, Nicholas McDowell já nos havia alertado sobre a dimensão que esse tipo de disputa, travada através da retórica e da mobilização de representações construídas constitutivas da sociedade inglesa do século XVII, tinha para a atuação radical do período. McDowell menciona a disputa por uma “imaginação radical” na qual diversos desses grupos, como *Levellers*, *Ranters* e *Diggers*, estiveram envolvidos, buscando acionar imaginários de modo a promoverem suas pautas.

No caso dos *Diggers*, por exemplo, é marcante em seus panfletos e *broad-sides* o esforço investido na construção de uma representação do grupo como sendo “povo pobre e oprimido da Inglaterra”, conforme anunciava o segundo panfleto publicado pelo grupo, em junho de 1649. Contudo, Chartier já nos alertara de que a literatura se trata de uma representação, e não um espelho que reflete perfeitamente a sociedade. Graças aos trabalhos de John Gurney, hoje sabemos que esse caráter de “camponês pobre”, construída pelos *Diggers*, não condiz com a realidade de diversos de seus integrantes – tal como é o caso do notório Gerrard Winstanley. Portanto, temos a tentativa de mobilização de certa “opinião pública”, bem como de paixões e empatias com sua aparente pobreza e desespero. A prática política *Digger* englobava diretamente, portanto, a luta de representações como algo intrínseco à sua atuação radical.

Isso se dá, em parte, ao contexto vivido pela Inglaterra entre 1640 e 1660 no que tange as transformações da esfera pública e do meio do impresso. Não por acaso, o surgimento da imprensa periódica na Inglaterra data desse período, dado que se erigia um verdadeiro mercado da informação, conforme colocado por Alexandra Halasz, impulsionando a disseminação da cultura impressa pela Inglaterra. Tal cenário, portanto, levou à ascensão da consciência, por diferentes grupos, do quão importante era mobilizar essas representações e imaginários para a prática política, o quão importante era ter o apoio da “opinião pública”.

Portanto, traz-se como proposta analisar como se apresenta essa disputa por certo imaginário radical dentro da prática *Digger*, estabelecendo uma íntima relação com o contexto dos impressos e da esfera pública do período.

Palavras-chave: Diggers; Panfletos; Representações.



Luciano Figueiredo
Doutor em História
Professor titular do Instituto de História
Universidade Federal Fluminense
lucianoraposo@uol.com.br

“O povo do Calambau, notícias vos quero dar”. Rebeldias, inconfidências e pasquins na América portuguesa

A circulação de escritos efêmeros e quase sempre anônimos, afixados em locais públicos, incendiou a vida social e política na Europa e na América durante a época moderna. Se serviam para difamar, ofender, informar, mobilizar, os pasquins foram também presença constante nos momentos de rebelião. Geralmente surgiam e eram lidos para anunciar as razões do protesto, unificar os grupos insatisfeitos e expressar ódio aos poderosos.

Tomaremos o caso de um dos poucos pasquins do período colonial que restou, apensado a uma devassa, encontrado em junho de 1798 em Calambau, freguesia de Mariana. Seu conteúdo, voltado para ofender um morador do local, deixa escapar um juízo crítico em relação à inconfidência mineira, abortada dez anos antes. Em um dos trechos diz "monarca esclarecida senhora/ esses barbeiros com soberba/querem serem [sic] Rei/ na sua monarquia/".

Nossa proposta é aproximar o conteúdo e a tendência deste exemplar a outros que circularam nas revoltas de Minas Gerais, também reforçando lealdade às autoridades em situações de confronto. Se esse aspecto afasta os pasquins de seu papel exclusivamente contestatório, por outro, reforça o alargado emprego e a importância do seu uso para mobilizar e direcionar a opinião das multidões.

Por isso, esse exame não dispensa a discussão sobre o papel desses escritos na formação da cultura política em diferentes regiões do Brasil colonial, em particular nas situações de grande instabilidade, sejam nas guerras, invasões ou revoltas.



Luiz Carlos Villalta
Doutor em História Social
Professor do Curso de Graduação e do Programa de Pós-Graduação em História
Universidade Federal de Minas Gerais
luizvillalta@ufmg.br

Identities coletivas e produção, circulação e usos de representações históricas: do final do Antigo Regime à emergência do Império Constitucional no Brasil (c. 1788-1823)

A crise do Antigo Regime e a emergência do Império Constitucional do Brasil, ocorridas entre 1788 e 1822, foram processos complexos, ambíguos, não lineares ou cumulativos. Tais processos tiveram por correlato a afirmação das identidades coletivas locais (por exemplo, de baianos, pernambucanos) e da de “brasileiro” (ou de “português da América”, ou “americano”, ou “brasiliense” etc.) no interior da identidade portuguesa mais

ampla e, mesmo, em colisão com ela, sem, contudo, implicar sua completa e total negação. Tais processos e os diálogos identitários correlatos envolveram a produção e a circulação de representações históricas, bem como seus usos, em meio aos embates políticos. A produção, a circulação e os usos das representações históricas responderam a necessidades específicas de cada momento e culminaram com a afirmação de certos valores, tais como o constitucionalismo, a oposição ao passado colonial, rotulado muito frequentemente como “despotismo”, “tirania” ou, ainda, “escravidão”, palavra de uso metafórico, cujo sentido era opressão política. Culminaram também com a operação de mudanças semânticas nas palavras “país”, “pátria” e “nação”, que se descolaram, no caso das primeiras, dos locais de nascimento e vivência e, da última, da coletividade cujo pilar unificador era dado pela submissão a um mesmo monarca para uma coletividade dotada de soberania e que compartilhava valores políticos e elementos culturais em comum. No lugar do “súdito”, temos a afirmação do “cidadão”, não mais compreendido na acepção restrita do Antigo Regime. Nos idos de 1821-1823, a produção, a circulação e os usos de textos, manuscritos e impressos, que continham representações da história pregressa intensificaram-se, na exata proporção de seu aumento quantitativo, relacionado à Revolução do Porto de 24 de agosto de 1820 e à suspensão da censura prévia. Tais textos, muitas vezes com usos orais intensos, contêm representações que ecoam as máximas e vocabulário político supracitados e, ainda, usos que se marcam por dois traços básicos: primeiramente, retomam textos e fatos passados, comuns a “portugueses” e “brasileiros”; e em segundo lugar, atribuem-lhes sentidos diferentes, cujo sentido estratégico não é senão servir às lutas políticas coevas e à construção de certos projetos de futuro. De Tiradentes e do Cônego Luís Vieira da Silva, nas Minas Gerais dos idos de 1788-9, ao Frei Caneca, em Pernambuco, em fins de 1822 e 1823, é possível perceber produções, circulação e usos de textos e referências históricas comuns, que passam pelo jusnaturalismo e pelas Luzes, pela Restauração Portuguesa de 1640 e pela Restauração Pernambucana e, ainda, pelo padre Antônio Vieira e pelo abade Guillaume T. F. Raynal. Constata-se, porém, o distanciamento de uma perspectiva centrada nas capitanias de origem, em privilégio da apreensão e da adesão ao Brasil em seu conjunto, ou seja, da “pequena pátria” à “nação brasileira”.

Palavras-chaves: Brasil; Representações históricas; Identidades coletivas.



Márcia Almada
Doutora em História
Professora da Graduação em Conservação-Restauração de Bens Culturais
Professora dos Programas de Pós-Graduação em Artes e em História
Universidade Federal de Minas Gerais
marcialmada@ufmg.br

Durar no tempo e atualizar sentidos: livros iluminados medievais em bibliotecas modernas

Moram na Biblioteca do Palácio Nacional de Mafra, em Portugal, dez exemplares manuscritos de livros iluminados tardo-medievais. São todos Livros de Horas, sendo oito

de origem francesa, um italiano e outro flamengo. Segundo informações orais, os códices chegaram à Biblioteca de Mafra na segunda metade do século XVIII, por mãos de um colecionador. Ao entrarem em Mafra, os códices tiveram suas encadernações substituídas, ganhando as características materiais dos demais livros do acervo, integrando-se assim a toda a biblioteca, tendo sido alocados na casa seis da estante LXXI na Galeria, setor norte. Atualmente encontram-se armazenados em um cofre, junto com outros códices e manuscritos.

Podemos fazer várias perguntas acerca da presença destes livros de devoção privada, de uso íntimo e individualizado, em uma biblioteca real instalada em um Convento. É instigante nos questionarmos sobre a dinâmica do longo ciclo de vida dos objetos, as motivações para a sua produção e as formas de utilização e fruição ao longo do tempo. Durante a Época Moderna, os códices iluminados medievais foram investidos de um novo significado, valorizados por sua raridade, singularidade e riqueza de seus materiais. Os “livros de aparato”, assim designados por serem objetos com alto grau de sacralidade e dignidade, escaparam da destruição material ao trocarem de mãos e serem integrados a bibliotecas de reis e nobres.

Nesta comunicação iremos tratar de alguns casos de transferência de posse do livro medieval que estão associados a mudanças materiais e simbólicas. Além dos livros de horas da Biblioteca de Mafra, darão base à reflexão as trajetórias do *Grande Livro de Horas de Ana da Bretanha* (fins do século XV), do *Livre des Merveilles* (c. 1410-1412) e do *Roman de Tristan* (c.1410), ambos do Duque de Berry.

Palavras-chave: bibliotecas reais; materialidade; simbologia; livro medieval.



Marcus Vinícius Pereira das Dores
Mestre em Estudos Linguísticos
Discente do Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa (Doutorado)
Universidade de São Paulo
marcusdores@usp.br

A escrita colonial mineira por meio do Livro de Inventários da Catedral de Mariana (1749-1904)

Pensar sobre a prática da escrita, em qualquer momento que seja, nos leva a refletir sobre a relação do homem e uma determinada técnica. Ao tratarmos da escrita (no nosso caso no período colonial brasileiro), destacamos que

[u]m ponto interessante de se refletir é que todos os indivíduos saudáveis expostos à linguagem falam, mas apenas uma parcela da população global escreve. Vivemos em uma cultura altamente grafocêntrica; dominar a técnica da escrita gera um prestígio e licencia algumas pessoas a participarem de certas atividades e

as registrem. Se assim o é atualmente, muito mais o era em períodos pretéritos. (DORES, 2018, p. 126)³.

Em nossa pesquisa de mestrado, editamos, seguindo critérios filológicos, parte do *Livro de Inventários da Catedral de Mariana (1749-1904)*. Essa fonte documental, custodiada pelo Arquivo Eclesiástico Dom Oscar de Oliveira (também conhecido como Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana), nos permite, por meio de sua materialidade composicional, ter acesso, de forma fragmentada (é claro), a uma realidade sócio-histórica do primeiro bispado mineiro.

Nesse sentido, essa comunicação assume um duplo papel de divulgação: queremos i) fazer circular e popularizar essa importante fonte manuscrita e ii) divulgar os resultados (edições fac-similar e diplomática do manuscrito e glossário de termos litúrgicos) da nossa pesquisa de mestrado – realizada no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da UFMG. A nossa apresentação carrega, também, a função de exemplificar como é muito importante assumir uma visão multidisciplinar ao se pesquisar uma fonte documental manuscrita.

Palavras-chave: Escrita colonial; Manuscrito Eclesiástico; popularização de fontes documentais.



Maria Aparecida de Menezes Borrego
Doutora em História Social
Docente do Museu Paulista e do Programa de Pós-Graduação em História Social
Universidade de São Paulo
maborrego@usp.br

A petição de 1740 e a atuação dos comerciantes no extremo oeste da América Portuguesa

Data de 20 de setembro de 1740 o pedido de um grupo autointitulado “comerciantes das minas de Cuiabá”, encabeçado pelo homem de negócios Luis Rodrigues Vilares, com 23 assinaturas, endereçado ao rei. No documento, os colonos propunham estabelecer feitorias sobre as margens do rio Paraguai com baluartes munidos de peças de artilharia e pediam permissão para tentar abrir comércio com os castelhanos do Peru e províncias do Paraguai. Em caso de conflitos com vizinhos ou com os índios, requeriam auxílio dos oficiais de guerra, ministros da comarca e de todos os comerciantes com negócios nas ditas feitorias. A solicitação do grupo mercantil ao monarca pode ser compreendida no âmbito do direito de petição que vigorava na cultura política do Antigo Regime. No Império português, escrever ao rei era um direito que pertencia a todos os sujeitos espalhados pelos mais recônditos locais do reino e do ultramar. A atividade peticionária congregava representações, petições e requerimentos endereçados ao soberano

³DORES, M. V. P. das. Rachi, S. Por mãos alheias: usos da escrita na sociedade colonial. Belo Horizonte: Editora PUC MINAS, 2016. *LaborHistórico*, v. 4, n. 1, p. 126-127, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.24206/lh.v4i1.15598>.

que continham solicitações, mercês, queixas e descontentamentos dos vassallos frente a abusos das autoridades locais. Para além de funcionarem como instrumentos privilegiados de comunicação direta entre os súditos e o rei, os conteúdos das demandas podem ser tomados como atos discursivos que descortinam facetas do cotidiano, das expectativas e dos projetos dos coevos.

Cabia ao Conselho Ultramarino avaliar as demandas dos súditos d'além mar, submetendo suas reclamações e/ou reivindicações a pareceres dos funcionários da Coroa nas colônias e de diferentes ministros. No final do processo, que poderia levar anos, a decisão régia era remetida aos peticionários e a autoridades competentes no ultramar. No caso em questão, a petição dos comerciantes envolvia interesses particulares e geopolíticos, o Conselho Ultramarino solicitou pareceres aos governadores de São Paulo e do Rio de Janeiro, ao procurador da Coroa e ao provedor da Real Fazenda. Face a eles, D. João V opôs-se à abertura do comércio com os castelhanos e à construção de feitorias, optando por outras formas de ocupação e defesa do território em meio aos tratados de limites entre Portugal e Espanha em meados do século XVIII.

A partir do conteúdo do documento de caráter propositivo, esta comunicação pretende compreender a atuação do grupo mercantil signatário nas minas de Cuiabá e de Mato Grosso na primeira metade do século XVIII; analisar os argumentos e as percepções que esse grupo possuía sobre a política imperial naquela conjuntura; comparar os recursos retóricos utilizados por estes indivíduos com outras petições enviadas por colonos ao monarca no mesmo período; avaliar as implicações da petição para a configuração territorial da América Portuguesa no contexto das discussões demarcatórias de fronteiras luso-espanholas.

Palavras-chave: petição; comércio; configuração territorial.



Marina Furtado Gonçalves
Doutoranda em História – História Social da Cultura
Conservadora-Restauradora de Bens Culturais Móveis
Universidade Federal de Minas Gerais
marinaufmg@yahoo.com.br

Adaptação do Protocolo IDAP para a análise material de documentos avulsos da Coleção Casa dos Contos do Arquivo Público Mineiro

O estudo de um documento, percebido como objeto da cultura material, normalmente considera o seu conteúdo escrito, determinado por regras que fornecem informações visuais reconhecíveis para perceber, de imediato e sensorialmente, a época, a tipologia, as matérias e a significação. O registro e a trajetória dos textos deixam vestígios históricos de uso, podendo fornecer informações sobre função, tecnologia e condição social de fabricação. O estudo do suporte pode também ajudar a desvelar questões que ultrapassam apenas o conteúdo escrito e pintado de um manuscrito.

Não se conhece um protocolo a ser seguido para analisar documentos cujo suporte é o papel, em seu contexto histórico e de estado de conservação. A partir da metodologia proposta pela iniciativa *Improved Damage Assessment of Parchment* (IDAP), para objetos confeccionados em pergaminho, desenvolveu-se uma sequência de procedimentos para o estudo material de documentos em papel, resultando em uma coleção de dados qualitativos sobre aspectos inerentes à deterioração do suporte, auxiliando que a leitura do dano seja relacionada com os textos, os usos e a produção do objeto. O protocolo pressupõe a integração de três etapas de análise: 1. identificação macroscópica do estado de conservação; 2. designação do padrão de dano; 3. análise microscópica dos principais mecanismos de deterioração.

Como escopo metodológico para aplicação das etapas sugeridas pelo IDAP, adaptadas para o papel, selecionou-se cinquenta documentos avulsos da Coleção Casa dos Contos do Arquivo Público Mineiro (CC-APM), acondicionados nas duas primeiras caixas da Coleção, cuja datação compreende os anos de 1750 a 1799. Fez-se o uso de exames organolépticos, da documentação científica por imagem com fonte de luz direta e luz reversa, bem como a observação de detalhes com o auxílio de microscopia ótica portátil. As ferramentas como lupas, régua, trenas, balança de precisão, lanterna de luz ultravioleta e folha de luz foram amplamente utilizadas para que todas as informações da tabela elaborada fossem preenchidas. As informações coletadas, com o auxílio das técnicas e ferramentas disponíveis, foram organizadas em um quadro de análise e estudadas visando o entendimento global dos objetos, para que posteriormente pudessem ser feitas relações entre o suporte, conteúdo do documento, marcas de uso e estado de conservação.

De maneira geral, observou-se que há seis tipologias documentais, todas confeccionadas sobre papel de trapo, com apenas 7% dos papéis sem a presença de marca d'água. Os papéis de maior qualidade e gramatura foram utilizados para a redação de cartas, atestados, folhas de pagamento e requerimentos, em detrimento dos recibos e listas, indicando a preocupação com a escolha do suporte por parte de quem redigiu o documento. O estado de conservação do corpus documental selecionado concentrou-se nos dois níveis de maior deterioração, com grande recorrência do ataque de microrganismos que se desenvolveram possivelmente antes de serem microfilmados no APM.

Entendeu-se que a tabela de análise material desenvolvida para este experimento pode ser aplicada para o contínuo estudo dos documentos avulsos da Coleção CC-APM, buscando conhecer as origens dos papéis utilizados, suas características materiais de produção e uso e o comportamento frente aos fatores de deterioração.

Palavras-chave: papel; análise material; protocolo IDAP.



Natalia Casagrande Salvador
Mestre em História da Arte
Discente do Programa de Pós-Graduação em História (doutorado)
UFMG
naticsalvador@gmail.com

Vestígios do percurso de um fundo setecentista; um estudo para além do textual

Os arquivos históricos de Minas Gerais contém vasta fonte documental referente ao século XVIII. Em melhor ou pior estado de conservação, os documentos gerados por diferentes entidades tratam de temas tão diversos quanto a sociedade que o produziu. Dentre as mais relevantes (e prolíficas em produção documental manuscrita) estão as associações de leigos na região das minas. Neste trabalho iremos discutir a história dos registros produzidos pela Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, da cidade de Mariana, ordem criada em 1758 e que, desde seus primórdios, nos legou um considerável quantia de fontes documentais. De atas de reuniões a Estatutos, documentos simples ou ornamentados com aquarelas e folhas de ouro e de prata, a diversa documentação desse sodalício nos possibilita obter informações sobre a produção, uso e apropriação das fontes manuscritas pelos seus proprietários e também por aqueles que tiveram contato com elas em anos posteriores. Para além de informações textuais, o material permite o desvelar de uma história paralela, focada em aspectos físicos dos documentos que resistiram os anos, passando por diversas épocas, até serem transferidos para o Arquivo Eclesiástico Dom Oscar de Oliveira, onde são mantidos atualmente. Por meio dessa investigação fomos capazes de aprender diversas facetas da produção e uso dos documentos da Ordem Terceira franciscana de Mariana, os quais pretendemos agora compartilhar com outros interessados da cultura escrita e material.

Palavras-chave: Materialidade; fontes manuscritas; documentação religiosa.



Ozana Hannesch
Mestre em Museologia e Patrimônio
Conservadora de Papel e Professora do Programa de Pós-Graduação em Preservação de
Acervos de Ciência e Tecnologia
Museu de Astronomia e Ciências Afins
ozana@mast.br

Fabiano Cataldo de Azevedo
Doutor em História
Professor da Graduação em Biblioteconomia
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
fabiano.azevedo@unirio.br

Maria Cláudia Santiago
Especialista em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde
Chefe da Seção de Obras Raras/Biblioteca de Manguinhos e Técnica em Saúde Pública
Fundação Oswaldo Cruz
maria.santiago@icict.fiocruz.br

Ana Cristina de Oliveira Garcia
Mestre em História
Técnica em Conservação de Papel
Museu de Astronomia e Ciências Afins
anacristina@mast.br

O estudo da materialidade na caracterização de documentos históricos: um aspecto da abordagem realizada pela Conservação

O objetivo desta comunicação é mostrar como os estudos sobre a materialidade de um documento podem contribuir na compreensão da sua produção, uso e circulação, considerando que as informações subjacentes levam a sua percepção mais abrangente. Autor, conteúdo intelectual e função se somam a forma, meio e materiais, os quais constituem elementos de caracterização da época, local, disponibilidade de recursos e de profissionais e tomadas de decisão no momento da produção. Estes aspectos possibilitam conhecer a intenção, o prestígio, a tecnologia e/ou o acesso que um exemplar ou manuscrito possuiu em sua trajetória de vida, desde sua origem, proprietários, guarda e usos, ressaltando ainda que as informações implícitas depositadas no objeto podem atuar como fonte histórica. Do mesmo modo, permite perceber a resistência potencial dos documentos aos processos de degradação a que foram submetidos, objetivo direto do registro e das análises realizados pelos profissionais do campo da conservação-restauração de documentos históricos. Essas reflexões sobre o tema articulam os elementos de metainformação de um documento com as intervenções realizadas no campo da conservação de documentos históricos, apontando como os registros de dados sobre identificação, estado de conservação e tratamentos deste tipo de documentos podem contribuir para fornecer informações complementares à compreensão do conteúdo. Traz o exemplo do estudo realizado num manuscrito com data atribuída de 1703, denominado Formulário Médico, do acervo de obras raras da Fundação Oswaldo Cruz.

Palavras-chave: Documentação de Conservação; Produção de Manuscritos; Formulário Médico.



Régis Quintão
Mestre em História
Discente do Programa de Pós-Graduação em História (Doutorado)
Universidade Federal de Minas Gerais
regis.quintao@gmail.com

Papéis para a boa administração das receitas e despesas da Real Extração dos Diamantes

O objetivo desta comunicação é analisar a aquisição e o uso de papéis e livros pela administração diamantina. Em 1771, sob o governo josefino-pombalino, criou-se a Real Extração dos Diamantes, que, subordinada ao Erário Régio, tinha o propósito de monopolizar a produção e o comércio das pedras preciosas. Sob a égide do reformismo fiscal e administrativo do período, foi intensificado o controle sobre as receitas e as despesas do Reino e de suas possessões ultramarinas. Assim, para aumentar as rendas reais, diminuir as despesas e abolir os gastos desnecessários da administração, todas as operações comerciais passaram a ser detalhadamente registradas em livros específicos. Como era obrigatória a comunicação constante entre as autoridades sediadas em Lisboa e no arraial do Tejuco, quantidade expressiva de papel também foi adquirida. Como dito, portanto, pretende-se identificar a origem e os tipos de livros e papéis comprados. Além disso, explicar seu uso e seus sentidos sociais no escritório da administração e nos serviços de mineração do Distrito Diamantino na segunda metade do século XVIII, a fim de evidenciar a importância da escrita e da comunicação administrativa neste contexto.

Palavras-chave: Papel; Administração; Real Extração dos Diamantes.



René Lommez Gomes
Doutor em História Social da Cultura
Professor do Bacharelado em Museologia e do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação
Universidade Federal de Minas Gerais
renelommez@ufmg.br; rene.lommez@gmail.com

O manual de tintas e vernizes de João Stooter, “com anotações dele aumentado”. Estudo das notas interlineares e marginalias manuscritas sobre um livro impresso. (séc. XVII)

Explicar “o perfeito modo de alisar metais, madeiras, marfim, osso” e coquilhos; ensinar “os nomes e qualidades de diversas madeiras, tanto de fora como do Reino de Portugal”; indicar “as drogas de que são compostos os vernizes” ou as tintas para o pintar e dourar foram alguns dos motivos que levaram o flamengo João Stooter a publicar um manual de arte dirigido “aos curiosos mestres torneiros, pintores, escultores e mais artistas”. Observando a “multiplicidade de artes” e “perfeitas curiosidades”

engenhosamente produzidas nos “empórios” de Paris, Londres e Amsterdã, ao chegar a Lisboa, o lapidador de diamantes reparou que, “em todo o Reino lusitano”, não se achava “um par de mestres torneiros curiosos que [...] soubesse dar um brilhante lustro ou graça” às suas criações. “Compadecido”, assim, “da pobreza que nas obras usam” os artífices portugueses, o autor publicou uma compilação de receitas de tintas e vernizes, junto a “mais curiosidades” sobre técnicas artísticas que conhecia por “exatas experiências”. Intitulado “Arte de Brilhantes Vernizes, & das tinturas...”, o opúsculo foi impresso em Antuérpia, no ano de 1729, pela casa editorial comandada pela viúva de Hendrik Verdussen.

Quatro séculos depois, uma biblioteca da cidade natal de Stooter ainda guarda um volume do livro, “aumentado” com anotações manuscritas pelo próprio autor. Registradas nas margens ou junto ao texto impresso, estas intervenções raras vezes corrigem palavras e frases, em português, gravadas pelos tipógrafos de Flandres. A maioria das quase duzentas notas, homogeneamente distribuídas pelo impresso, acrescem-no de traduções de nomes de matérias-primas para o francês e para o flamengo, referências bibliográficas, remissões cruzadas a outras partes do livro e parágrafos inteiros com comentários e informações adicionais sobre os temas abordados. Curiosamente, um expressivo número dos dados presentes nas marginalias grafadas a mão refere-se a técnicas e materiais artísticos usados no Brasil, demonstrando alguma intimidade do autor com o universo dos artífices que atuavam do outro lado do Atlântico.

Conservados em bibliotecas portuguesas e norte-americanas, outros volumes do manual também apresentam notas manuscritas interlineares e marginais, com caligrafia consistente com a mão do autor. Estas notas variam em tamanho, conteúdo e função, denotando que Stooter manteve uma postura distinta na anotação de exemplares com destinatários diferentes. Exemplares anotados de outro manual publicado por Stooter dez anos antes, o *Spingardeiro, com conta, peso & medida*, apontam para o fato de que seu hábito de corrigir ou comentar as próprias obras impressas era antigo e integrava o modo como ele pensava sua prática textual e a função do autor.

Pelas mãos e pena de Stooter, impressos produzidos em série eram feitos objetos únicos, que possivelmente atendiam a necessidades concretas e interesses específicos. Esta comunicação objetiva explorar as relações entre manuscritos e impressos que emergem dos hábitos particulares deste autor, ao anotar e comentar exemplares de suas obras. Buscar-se-á analisar as intervenções manuscritas sobre o impresso, associando-as às funções que cumprem na construção textual, explorando seu papel perante o desejo de expressão do autor e colocando em questão a primazia do impresso sobre o manuscrito, na era moderna.

Palavras-chave: Estudos de Marginalia; Crítica Textual; Práticas Textuais na Era Moderna.



Tarcísio de Souza Gaspar
Doutor em História Social FFLCH-USP
Professor de História
Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Sul de Minas
tarcisio.gaspar@gmail.com

Oralidade nas revoltas mineiras do século XVIII e na Inconfidência Mineira: a rebeldia para além do escrito

A comunicação pretende dimensionar a presença e a importância da oralidade em meio aos eventos rebeldes sucedidos em Minas Gerais ao longo do século XVIII. Em especial, quer-se problematizar a preocupação historiográfica com o universo escrito em detrimento da comunicação oral, mesmo em sociedade majoritariamente letrada. A análise de falas, boatos, rumores e discursos orais circulantes nas revoltas mineiras permite pensar na configuração de tradições ou linguagens políticas formuladas, reproduzidas e divulgadas por meio oral, em contato tangencial com meios letrados. Os contatos e interpenetrações entre meios orais e escritos também serão discutidos. Interessam informações orais divulgadas em eventos como a Guerra dos Emboabas, os motins da década de 1710, os boatos de sublevação escrava (em 1719 e 1756), a Revolta da Vila Rica em 1720, os Motins do Sertão em 1736 e as inconfidências do período pombalino. Também serão abordados os falatórios relativos a temas-chave da história política das Minas no século XVIII, como foram os boatos sobre a cobrança do quinto e as acusações de enriquecimento ilícito dos governadores da capitania. Objetiva-se, por fim, verificar a ressonância dessas tradições orais na Inconfidência Mineira de 1789 e avaliar em que medida a cultura escrita combinou-se, neste episódio, com uma oralidade preexistente, dando ensejo a um novo vocabulário político, parcialmente referenciado no Iluminismo e no contexto de crise do Antigo Regime.

Palavras-Chave: Oralidade; revoltas; Inconfidência Mineira.



Thais Helena de Almeida
Doutora em Memória Social
Conservadora-Restauradora de papel
Laboratório de Restauração. Fundação Biblioteca Nacional
thais.slaibi@bn.gov.br

Memórias dos profissionais da preservação no acervo bibliográfico da Biblioteca Nacional do Brasil: 1880 a 1980

Estudo das memórias dos conservadores, restauradores e encadernadores que trabalharam na Biblioteca Nacional entre as décadas de 1880 e de 1980. A pesquisa procurou refletir como as ações e as mudanças de perspectiva da preservação do acervo foram influenciadas pela trajetória do pensamento internacional e de que forma estas as memórias são capazes de elucidar a projeção da instituição no âmbito da cultura

preservacionista. As questões propostas permitiram concluir que estes profissionais surgiram de uma necessidade institucional, se apoiando em práticas orientadas por teorias e pensamentos internacionais, tendo sua trajetória contribuído para projetar a instituição como a principal disseminadora de uma cultura preservacionista no âmbito dos acervos bibliográficos no Brasil.

Palavras-chave: Memória Social; Biblioteca Nacional; Preservação; Conservação; Restauração.



Thiago Enes
Mestre em história moderna
Doutorando do Programa de Pós-Graduação em história
Universidade Federal Fluminense
enes.thiago@gmail.com

O rei de papel e um governo informal: alcances e limites da cultura escrita nas franjas dos impérios ibéricos.

Na época moderna o exercício de poder através da cultura escrita tornou-se imprescindível aos grandes impérios europeus, dada a imensa vastidão dos espaços, espacialmente no ultramar. No século XVI a importância dos registros escritos era tal que o rei Felipe II chegou a receber a alcunha de “rei papelero”, e o império espanhol foi reconhecido como um verdadeiro império de papel. Apesar da importância em se governar por escrito, as fronteiras do Novo Mundo impuseram um inexorável limite à difusão e à circulação dessa cultura escrita, produzindo usos e costumes que distavam enormemente das normas legais e das recomendações presentes nas cartas dos administradores e da própria Coroa.

Palavras-chave: Cultura escrita; administração; normas legais.



Vanessa Cerqueira Teixeira
Mestra em História
Discente do Programa de Pós-Graduação em História
Universidade Federal de Ouro Preto (Doutorado)
vanessa.cerqueira.teixeira@gmail.com

A devoção mercedária entre o escrito e o vivido: os livros de compromisso e as dinâmicas confrariais nas Minas Setecentistas

As associações leigas foram agremiações compostas por homens e mulheres irmanados por certo sentimento de identificação, unidos por interesses em comum, por estratégias pessoais ou coletivas, sob a devoção de um santo protetor ou invocação mariana

específica. Divididos por critérios como qualidade social, condição jurídica ou profissão, cada grupo social possuía seus oragos preferenciais, seja pela ação catequética de missionários, pela “assistência” diferenciada no mercado de bens simbólicos ou pela aproximação com suas histórias de vida. Ao longo da Idade Moderna, em meio à Reforma Católica, tais instituições disseminaram-se por toda Europa e para os territórios recém-povoados com a expansão marítima, reconfigurando-se juntamente aos empreendimentos coloniais e aos novos moldes da escravidão, chegando à América portuguesa, onde tiveram papel preponderante durante o período colonial, sobretudo nas Minas Gerais, tendo em vista as restrições de instalação das casas conventuais. Pertencer a uma irmandade significava a garantia de legitimidade para as práticas sociais, políticas e religiosas. Também possibilitavam a maior participação dos “homens de cor”, com o desenvolvimento de uma sociabilidade urbana, bem como contribuía para a (re)configuração social e a constituição de identidades, para a interação e a mobilidade em uma sociedade hierárquica e desigual, como as de Antigo Regime. Com uma maior subdivisão do devocionário negro, surgem então as Irmandades de Nossa Senhora das Mercês, caracterizadas como instituições crioulas, direcionadas aos afrodescendentes nascidos nas conquistas portuguesas do ultramar, na condição de escravos, forros ou livres. Nesse sentido, a partir da História Cultural, o presente trabalho tem como proposta a análise dessa devoção em particular, que segundo a tradição católica possuía a graça de libertar cristãos cativos e auxiliar na salvação de suas almas. No Setecentos mineiro foram fundadas cerca de vinte e uma confrarias, mas é preciso destacar que analisaremos de forma mais aprofundada os principais núcleos urbanos, como Mariana, Vila Rica, Vila Real do Sabará, Tijuco, São João e São José Del Rei. Ao constituírem-se, quer em altares laterais das matrizes ou em capelas coletivas, muitas associações leigas optaram por sua institucionalização a partir do reconhecimento régio e eclesiástico de seus Livros de Compromisso, documento que sintetizava suas principais normas e diretrizes. Os Livros de Compromisso eram elaborados com base em um modelo padrão vindo de Portugal, mas seu conteúdo possuía variáveis moldadas de acordo com as necessidades dos membros – suas funções, práticas associativas e as representações de si mesmos e do contexto em que estavam inseridos –, do local e período de confecção, do grupo social que representavam e do tipo de associação a qual se propunham organizar. Além disso, torna-se fundamental contrastarmos também a dinâmica entre o escrito e o vivido por meio de outras tipologias documentais, outros livros manuscritos que exprimiram, em tinta e papel, o cotidiano associativo, como os Livros de Termos de Reuniões, Receitas e Despesas, Entradas de Irmãos, Eleições, Cerimonial e Causas Judiciais.

Palavras-chave: Irmandades; Livros de Compromisso; Nossa Senhora das Mercês.



Verônica Calsoni Lima
Mestre em História
Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)
Discente do Programa de Pós-Graduação em História Social (Doutorado)
Universidade de São Paulo
veronica.calsoni@gmail.com

Guerras panfletárias: Sir Roger L'Estrange e as polêmicas impressas na Inglaterra do período da Restauração

Na Época Moderna, a censura da imprensa não era exercida apenas pelas instituições responsáveis pelo controle da produção e disseminação de textos impressos, mas também por outros agentes do mercado livreiro e das comunidades de escritores e leitores que respondiam às obras publicadas, ampliando o ambiente de denúncia e crítica. Tendo isso em vista, nessa comunicação, pretendemos discutir algumas das relações estabelecidas entre os diferentes desdobramentos da censura e os produtores de literatura radical na Inglaterra nos primeiros anos do período da Restauração (década de 1660). Faremos isso por meio a apresentação e análise de algumas polêmicas entre Sir Roger L'Estrange – um prolífico panfleteiro e jornalista que, em 1663, tornou-se o principal censor do reinado de Carlos II, encabeçando os projetos de regulação da imprensa –, e produtores de obras antiregalistas, como o poeta John Milton e o grupo de tipógrafos, livreiros e encadernadores sediciosos que L'Estrange apelidou de “Estacionários Confederados” – os quais coletivamente publicaram diversos panfletos em oposição à monarquia.

Mesmo antes de sua nomeação, L'Estrange denunciava sujeitos responsáveis pela emissão de textos que considerava perigosos à manutenção da ordem. Ele se preocupava em identificá-los, expô-los e respondê-los rapidamente, imprimindo panfletos dedicados a desacreditar e rechaçar os argumentos apresentados pelos opositores do regime de Carlos II. Suas críticas eram cuidadosamente estruturadas, não apenas do ponto de vista textual, como também do material. Os panfletos, normalmente produzidos em parceria com o livreiro Henry Brome, recorriam a diversas estratégias editoriais e tipográficas que visavam a representação de uma verdadeira batalha. Itálicos, negritos, fontes góticas e romanas, notas marginais e sinais tipográficos eram amplamente aplicados para expressar as diferentes vozes (a dos sediciosos e a dos censores) que permeavam o texto, e combater as ideias das quais ele discordava.

A multiplicidade de tipos e composições encontrada nos panfletos de L'Estrange não servia apenas para representar o debate, mas para polarizá-lo, algo muito frequente entre os textos polêmicos. Como sugerido por Jesse A. Lander, esse gênero não priorizava um diálogo ou negociação, mas uma completa destruição do oponente (LANDER, 2006). Utilizando recursos retóricos e tipográficos, as obras de L'Estrange citavam seus opositores longamente, por vezes reproduzindo páginas inteiras (e até imitando a composição tipográfica dessas obras) para refutar todos os argumentos e provar ao público leitor que ele, de fato, estava certo.

Aliada à sua atividade oficial de censor, as polêmicas impressas de Roger L'Estrange funcionavam como uma extensão de seu cargo, publicizando seus avanços contra a literatura sediciosa e denunciando aqueles que acreditava serem culpados de propagar

desordem, rebelião e desobediência à majestade. L'Estrange, dessa maneira visava a ampliar a extensão de sua censura para além das atribuições de busca, apreensão, supressão e punição daqueles que infringiam os *Printing Acts*, espalhando suas denúncias para o mercado livreiro e o público leitor.

Palavras-chave: Censura; Polêmica; Impressos.



Yllan de Mattos
Doutor em História
Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
yllanmattos@yahoo.com.br

Contra a Inquisição: autoria, anonimato e polifonia no livro *Notícias recônditas do procedimento das Inquisições (1681-1750)*

A impressão do manuscrito *Manda-me a quem devo obedecer* não trouxe luz ao estabelecimento da autoria do livro intitulado *Notícias recônditas sobre o modo de proceder da Inquisição portuguesa (1720/1722)*. Na verdade, transformou o autor oculto em anônimo e este em *um* secretário da Inquisição. A noção de autoria que esta comunicação se propõe, apoiada nas perspectivas da História do Livro e da Cultura Escrita, afasta-se da subjetividade romântica na qual o livro seria unicamente um produto da “vontade do autor”, assim como do fetichismo do estabelecimento do original de algum escrito. A busca por uma resposta objetiva para quem teria escrito as *Notícias* nos levou, pelo contrário, a diversas outras perguntas mais interessantes.

O livro *Notícias recônditas* (suas cópias manuscritas e edições impressas) apresentaram-se como ponto de chegada de diversos opúsculos e memoriais críticos ao Santo Ofício. Seu texto apoiou-se nos argumentos e, por vezes, estilos dos escritos que lhe antecederam. Em um certo sentido, é nada provável que tenha tido autor único, mas é perceptível a participação da “mente do editor” cuidando do texto impresso. A comparação das edições deixa entrever que a história da autoria na época Moderna não pode ser escrita como se as várias “personalidades” associadas a ela convergissem no escritor como sujeito. A construção acumulativa destas críticas foi forjada numa verdadeira batalha de pareceres e opiniões ainda na década de 1670. Embora restritos ao ambiente da lide, os manuscritos *corriam* mais dinâmicos, pois dispensavam o tempo de impressão e não passavam por nenhum tipo de censura. No meio dessa *batalha de papéis*, a agilidade e a circulação definiam muitas vezes a hegemonia na cena política, sendo seu resultado o manuscrito *Manda-me a quem devo obedecer* e, doravante, o impresso *An Account of the cruelties exercised by the Inquisition in Portugal (1708)*.

Para além da polifonia textual, a materialidade também nos fornece elementos para compreender o anonimato. A necessidade de atribuição autoral nas edições impressas estabeleceu, de uma só vez, o autor-anônimo secretário da Inquisição e o ano da escrita: 1672. Ambas foram escolhas do editor/publicador. A escolha do anonimato seria uma

forma de estabelecer a autoria através da representação da experiência e da autoridade do secretário. Forjava-se uma identidade com outros autores críticos e, ao mesmo tempo, suprimia-a, construindo dois conjuntos identitários possíveis de obras sugeridas pelo anonimato: a unidade das edições impressas, com suas traduções e adaptações, e das cópias manuscritas e a relação possível destas edições e cópias com outras obras e autores críticos ao Santo Ofício. Assim, a imagem do secretário da Inquisição ignoto, indignado e preparado para fazer justiça e “descarregar sua consciência” era perfeita para a autoria do livro.

Esta apresentação tem como finalidade discutir o estabelecimento da autoria do impresso intitulado *Notícias recônditas* a partir das atribuições coevas e historiográficas acerca do autor. Entretanto, a análise do anonimato e da vinculação deste impresso (e do manuscrito) com outros livros, papéis e memoriais críticos ao Santo Ofício são a pedra toque para a compreensão de sua autoria.

Palavras-chave: Inquisição; autoria; época Moderna.



Yobani Maikel Gonzales Jauregui
Mestre em Historia
Historia de América colonial
Universidade Federal de Juiz de Fora
mathias2008@hotmail.com

Memoriales de afrodescendientes en Lima colonial

En el presente trabajo trataremos de reconstruir las estadísticas de la ciudad de Lima, con la finalidad de reconocer la importancia de la presencia afrodescendiente, lo que nos permitirá calificarla como una ciudad negra. Pero más allá de esta caracterización, lo importante es que el número creciente de la comunidad negra les permitió estar en permanente contacto con la cultura dominante y elementos como la escritura, que fueron utilizados de forma recurrente por los afrodescendientes.

No sólo utilizaron la escritura para demandar por la consolidación matrimonial o solicitar su libertad, sino que sus demandas traspasaron las fronteras del virreinato peruano y llegaron al Consejo de Indias, para pedir que se aboliera el tributo o que se aboliera el mismo sistema esclavista. Porque asumían que habían servido fielmente a la corona como para pagar un tributo injusto, apelaban a la idea de ser nacidos en el reino, a la idea de patria y utilizaron pasajes bíblicos, lo que suponemos era premeditado para que la corona asumiera que estaba frente a fieles cristianos. Asimismo, los mulatos limeños cuestionaron no sólo el poder mal ejercido de los amos, sino que criticaron al propio sistema, que, según ellos, iba contra la piedad cristiana. Sin duda, estas estrategias se establecieron en la Lima negra y no fueron hechos aislados, asumimos que todas las experiencias con la cultura letrada alimentaron los discursos de los afrodescendientes. También, es importante reconocer que no podemos hablar de una comunidad afrodescendiente, existieron varias comunidades, que podían vincularse o en todo caso,

Creemos que estos acercamientos a la cultura escrita sean por memoriales, demandas por reconocimientos de paternidad, además de las demandas de matrimonio y libertad, nos dejan una clara imagen de que, las comunidades afrodescendientes eran muy dinámicas en su acercamiento a lo letrado y si bien cada una buscaba lo mejor para ellas, el resultado en el corto plazo, fue una crítica directa al poder mal ejercido de sus amos y en el largo plazo erosionaron el sistema con sus constantes demandas y su accionar en otros espacios como lo fue campo laboral, que permitió a muchos esclavizados comprar su libertad.

En ese sentido, el uso de la escritura como herramienta de defensa no tenía distinciones, claro que creemos que los afrodescendientes tenían colaboradores entre el sector dominante, podrían ser escribanos, abogados, etc. Personas que conocieron los entramados judiciales que ayudaban a plasmar en papel el lenguaje oral de los afrodescendientes. Suponemos que entre ellos también existían personas que supieran escribir, pero sin duda la orientación para la presentación de memoriales, que sabemos no eran tan fácil enviarlos, tenía un coste económico y de tiempo. Pero a pesar de todos esos obstáculos, los afrodescendientes utilizaron esas vías. Por último, un tema que queda por dilucidar en la participación de los afrodescendientes en las compañías militares, su participación al parecer no pasó desapercibida.

Palavras Chaves: Memoriales, Lima y escritura.

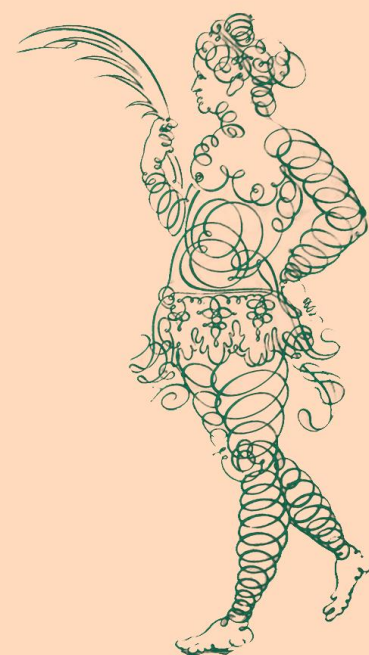
Ana Paula Silva Santana
Mestre em História
Discente do programa de pós-graduação em História
(Doutorado)
Universidade Federal de Ouro Preto
anapaulasantana.ufop@gmail.com

A representação do feminino nas obras *O Verdadeiro Método de estudar* de Luiz António Verney e *Discursos político-Moraes* de Joaquim Feliciano de Souza Nunes

A proposta da apresentação consiste na análise do feminino nas obras *O verdadeiro Método de Estudar* (1746) de Luiz António Verney e *Discurso político-Moraes* (1758) de Feliciano Joaquim de Souza Nunes. Tendo em vista o que é proposto por esses autores, tentamos compreender tanto o contexto do feminino no século XVIII no Brasil quanto a temporalidade chamada de Modernidade observada nas obras, que acreditamos ter tido início no Brasil do século XVIII, ainda que tenha se tornado mais evidente a partir do século XIX. Dessa maneira nos debruçamos nas obras dos referidos autores afim de compreender a forma pela qual o feminino/a mulher foi representado pelos autores português e brasileiro. A nossa intenção foi compreender a representação do feminino em ambas as obras, assim como certa abertura de expectativa assinalada às mulheres por Verney e Nunes, e isto a luz de uma bibliografia da história das mulheres e da teoria da história.

No que se refere à modernidade e à possibilidade da *abertura de expectativa* para o feminino já no século XVIII, nos aproximamos dos apontamentos de Reinhart Koselleck. Dedicando-nos, sobretudo, ao que diz respeito à observância de uma temporalidade compreendida a partir da tensão concernente ao *espaço de experiência*, ou seja, às experiências que anteriormente orientavam tão fortemente o presente e determinavam significativamente as suas expectativas, o futuro; e ao *horizonte de expectativa*, compreendido como previsão de futuros (sonhos, projetos) até então indisponíveis. E isto, principalmente no período que se segue de 1750 a 1850- que o próprio autor caracterizou como *Sattelzeit*- no qual as obras *O verdadeiro Método de Estudar* e *Discurso político-Moraes* estão inseridas.

Tendo em vista o feminino/as mulheres como nosso objeto de pesquisa, nos atentaremos também às teorias de gênero propostas por autoras como Leila Algrante, Andréa Lisly, Michelle Perrot, Judith Butler, Claudia Maia e Carla Rodrigues, sobretudo no que se refere à crescente resignificação da *história*



das mulheres. Partindo dessas autoras, compreendemos que o estudo do feminino na academia passa por uma significativa transformação, visto que tende a ultrapassar a compreensão do espaço privado destinados às mulheres, direcionando-as também “ao espaço público da cidade, do trabalho, da política, da guerra e da criação”⁴. Deixando de ser especificamente uma história das vítimas e se tornando, também, uma história de mulheres ativas. Considerando ainda o espaço-tempo e as experiências de cada mulher como primordiais à compreensão de sua atuação, como proposto por Butler, o que pretendemos analisar a partir da representação do feminino nas obras impressas de Luiz António Verney e Feliciano Joaquim de Souza Nunes.

Palavras-chave: Feminino/mulher; Luiz António Verney; Feliciano Joaquim de Souza Nunes.



Anna Karolina Vilela Siqueira
Mestre em História
Discente do Programa de Pós Graduação em História (Doutorado)
Universidade Federal de Minas Gerais
annakarolvs@hotmail.com

A Diocese de Mariana através das escritas episcopais

A presente comunicação versa discutir sobre a Diocese de Mariana através dos relatos das cartas e visitas pastorais nos séculos XVIII e XIX. As cartas e as visitas pastorais são uma importante ferramenta para pensarmos os aspectos de controle social e político das paróquias e da organização eclesiástica no período. Dentro desse processo, levando em conta a regularidade de contato que o bispo deveria ter com sua comunidade, e a ampla utilização desses métodos para os ensinamentos da doutrina, as visitas ofereciam ao Bispo uma melhor visão do seu Bispado, pois através delas podia vir a conhecer as distâncias, os fiéis e, principalmente, os párocos e vigários que atuavam nas freguesias, podendo assim facilitar um controle sobre o clero e os leigos. A produção dessa documentação foi realizada desde o primeiro Bispo da Diocese, Dom Frei Manoel da Cruz, e funcionavam como uma via de manifestação da presença do bispo, que assim fazia-se próximo aos fiéis. Nelas também portavam determinações e preocupações do bispo. Além disso, nas entrelinhas destes documentos subsistiam indicativos das relações do bispo com os poderes civis e com o clero. A escrita de relatos sobre as visitas empreendidas pelos bispos ajudava na fiscalização do modo como o clero atuava, pois atentavam a pontos como a transmissão dos sacramentos durante as missas, a atuação das associações leigas, o conhecimento da situação estrutural das capelas e matrizes e também o contato direto do bispo com os fiéis. São através desses relatos, que analisaremos a situação da Diocese de Mariana no período colonial e imperial no âmbito religioso, político e social, destacando a produção e circulação destes relatos nos seis primeiros governos episcopais.

⁴ PERROT, Michelle. *Minha história das Mulheres*. São Paulo, editora Contexto, 2007, p. 15.

Palavras-chave: Diocese de Mariana; visitas pastorais; cartas pastorais.



Augusto Godinho Vespucci
Mestrando em História
Bolsista CAPES
Universidade Federal de Goiás
augustovespucci1@hotmail.com

As Invenções da Modernidade em Johannes Stradanus (Séc. XVI)

As representações contidas nas gravuras do autor nascido em Bruges, na atual Bélgica, Johannes Stradanus (1523-1605), produzidas nos fins do século XVI revelam alguns aspectos da compreensão dos processos políticos e sociais no período conhecido por “Renascimento Tardio”, período este de grande importância devido a sua intensidade cultural, política, religiosa e econômica. O surgimento de novas técnicas de difusão dos discursos como a imprensa e a gravura, modificaram o cenário dos impressos e corroboraram para uma política de *propaganda* cada vez mais intensa e efetiva.

Gravuras são processos de criação de materiais-base para a reprodução de uma determinada mensagem. Há gravuras produzidas em diversos materiais. As que analiso em minha pesquisa foram produzidas em placas de cobre (*calcogravura*) e gravadas em folhas de papel, em formato de folheto e, portanto, impressas repetidas vezes. As duas séries de gravuras que analiso foram produzidas a pedido da Família Médici, em Florença, por volta de 1580 e compõem, no total, 24 imagens gravadas, sendo duas delas os *frontispícios* de cada série. Uma das séries é composta por 20 imagens e tem o título “*Nova Reperta*”, do latim, que significa: “Novas invenções”; a outra é composta por 4 imagens e tem como título “*America Retectio*”, cujo significado é: “A descoberta da América”. As representações imagéticas possuem, por sua materialidade específica, um grande potencial de difusão, visto que não exigem a prática da leitura num período de baixa alfabetização, além de serem reproduzidas diversas vezes a partir de uma só forma-base. Apesar de conterem inscrições em latim nos seus frontispícios, as séries de gravuras são preenchidas, em sua quase totalidade, por imagens.

As imagens, como outras formas de representação, são compreendidas pela historiografia como partes de um *discurso*. Discursos estes que estão integrados em *relações de poder*, ou mesmo na busca por estabelecê-las. Contudo, isso não garante que o objetivo de um discurso tenha se efetivado no período no qual fora produzido, visto que as recepções e apropriações podem ser diversas em relação às intenções de seus autores. As mensagens ou *discursos* contidos nas gravuras, perpassam por muitos “maus entendidos”, são reproduzidas independentemente do conhecimento do autor original e difundidas por lugares que eram inimagináveis de percorrer quando de sua produção. Meu objetivo é buscar as pretensões contidas nessas formas de discurso sobre a “Descoberta” da América, da Invenção da Modernidade, as invenções deste período e sua veiculação na sociedade europeia em fins do século XVI.

Palavras-chave: Gravura; Modernidade; Invenção.



Bárbara Andrade de Oliveira Alves
Mestranda em Artes – Preservação do Patrimônio
Conservadora-Restauradora de Bens Culturais Móveis
Universidade Federal de Minas Gerais
barbara.conservacao@gmail.com

Marina Furtado Gonçalves
Doutoranda em História – História Social da Cultura
Conservadora-Restauradora de Bens Culturais Móveis
Universidade Federal de Minas Gerais
marinaufmg@yahoo.com.br

A preservação dos manuscritos em tinta ferrogálica nos arquivos estaduais brasileiros

O Brasil é constituído por 26 estados e um Distrito Federal, com uma complexa rede de serviços arquivísticos em que se destacam os arquivos estaduais. Dentre os objetivos dessas instituições ressaltam-se a promoção do tratamento, gerenciamento, organização, preservação e guarda das informações presentes na documentação referente ao direito público, legislação, administração, história e geografia e às manifestações científicas, literárias e artísticas de cada estado. Dentre as tipologias materiais existentes, sobressaem-se os manuscritos em tinta ferrogálica, utilizada desde o final da Idade Média até a primeira metade do século XX.

Para compreender como os arquivos estaduais brasileiros conduzem a preservação do seu acervo documental em tinta ferrogálica foi elaborado um questionário utilizando a plataforma eletrônica *Google Forms*. Após contato telefônico com cada uma das instituições, em que se realizou uma breve entrevista, o questionário foi enviado por correio eletrônico e ficou disponível durante os meses de maio e junho de 2018.

Dentre as 27 instituições, 6 informaram em entrevista não possuir acervo em tinta ferrogálica. O questionário foi respondido por 12 arquivos estaduais, cujas estratégias de preservação incluem o controle ambiental (8 arquivos), higienização e acondicionamento (12), digitalização (3), tratamentos do suporte (9) e tratamentos da tinta (2).

O controle ambiental é feito, em sua maioria, por sistema de ar condicionado e desumidificadores. O acondicionamento da documentação faz-se em caixas de arquivo, sendo que algumas instituições combinam o uso de folders de papel alcalino. A digitalização dos documentos é seletiva e por demanda, seja via projetos ou solicitação dos consulentes, realizada apenas pelos arquivos do Maranhão, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Os laboratórios ativos de conservação estão presentes em 7 instituições e apenas 6 laboratórios de restauração estão em operação. Nenhum dos arquivos estaduais integram um bacharel conservador-restaurador em seu quadro de funcionários, porém 6 instituições

possuem técnicos da área, 3 dispõem de especialistas em conservação-restauração de papel e 3 contam com estagiários em formação.

Antes da realização de tratamentos do suporte e/ou da tinta da documentação, os arquivos estaduais do Maranhão, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Paraná responderam que realizam testes organolépticos para avaliar os aspectos materiais dos documentos. Para os tratamentos das diversas tipologias de deterioração da documentação em tinta ferrogálica cada arquivo relatou realizar intervenções diferentes que contemplam desde os pequenos reparos com papel japonês, banhos de imersão em hidróxido de cálcio, desacidificação a seco e até práticas em desuso como a laminação a quente. Apenas os arquivos da Bahia e Minas Gerais utilizam técnicas para o tratamento da tinta ferrogálica, porém de forma incompleta.

A partir da análise das informações obtidas, conclui-se que não há uma metodologia de preservação dos documentos manuscritos em tinta ferrogálica adotada pelos arquivos estaduais brasileiros. Este cenário representa um problema devido ao uso de técnicas e produtos inadequados para os tratamentos, bem como as condições de guarda inapropriadas. As respostas refletem a falta de profissionais especializados nas instituições, pouco conhecimento da própria coleção, ausência de investimentos na área de preservação de documentos e a dificuldade de contactar os arquivos.

Palavras-chave: arquivos estaduais brasileiros; manuscritos; tinta ferrogálica.



Daiane de Souza Alves
Mestre em História
Discente do Programa de Pós-Graduação em História (Doutorado)
Universidade Federal de Ouro Preto
daianealves.ufop@gmail.com

Cultura escrita e administração fazendária: os escritos de Manoel Jacinto Nogueira da Gama.

O final do século XVIII foi marcado pela ampla divulgação de textos científicos que expressavam a latência de uma geração que pensava o Império Português para além de suas dimensões europeias. Estudos fundamentais foram produzidos por estadistas, como d. Rodrigo de Souza Coutinho, e compreendiam, entre outros aspectos, a formação de um Império Luso-Brasileiro. Esses estudos, de cunho político e econômico, marcaram uma geração que vislumbrava na América os elementos que faltavam para o completo desenvolvimento do Império Luso. Nesse contexto, a criação e expansão da Universidade de Coimbra, as mudanças institucionais de cunho econômico inauguradas com a administração pombalina, e a presença de jovens estudantes brasileiros na Europa possibilitou que a ilustração se expandisse aos trópicos. Dentre esses brasileiros, conhecidos por Maxwell como “geração de 1790”, se destacou a figura de Manoel Jacinto Nogueira da Gama, posteriormente Marquês de Baependi, que assumiu papel de destaque nos órgãos fazendários no Brasil desde o início do século XIX. Suas exposições sobre o estado da fazenda pública são obras clássicas para a compreensão da fiscalidade no

período, sendo constantemente citadas como únicas em um contexto em que a publicidade das contas não era fator fundamental. Suas principais obras são: Em primeiro lugar as três cartas endereçadas a d. Rodrigo de Sousa Coutinho, que enfatizavam a possibilidade de Minas Gerais sair do ostracismo em que se encontrava dentro da arrecadação do Real Tesouro. Em segundo, a sua “Exposição do atual estado das rendas e despesas públicas do Real Erário do Rio de Janeiro, e o método que se deve seguir, para que todos os pagamentos se possam fazer em moeda corrente no preciso dia dos seus vencimentos”, em que ele expõe documentos fundamentais para a compreensão de parte das transformações pelas quais passou o Reino Português com a modernização de suas instituições e a influência desses modelos no Brasil. E por fim, os Relatórios do Ministério da Fazenda de 1823 e 1826, em que são expostos o estado da Fazenda Pública com os orçamentos dos anos futuros já no contexto da separação política. Nossa pesquisa se insere, portanto, dentro da sociologia econômica, que compreende o papel fundamental dos projetos políticos desses homens na consolidação do Império Luso na América e na transformação das instituições fiscais para a boa arrecadação do Tesouro Real. Além disso, procuramos demonstrar a permanência desses ilustrados na administração fiscal mesmo após a independência do Brasil, inaugurando uma nova ordem constitucional em que a publicidade das contas e dessas reflexões são fatores fundamentais para a permanência do monarca na América e para a consolidação da monarquia no Brasil.

Palavras-chave: Manoel Jacinto Nogueira da Gama; Administração Fiscal; Império Luso-Brasileiro.



Dikson de Almeida Freire
Graduando em História
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Centro de Ensino Superior do
Seridó (CERES), Caicó, RN
diksonrugby@gmail.com

Colosso e Bispo do Seridó: representações de José Bernardo de Medeiros nos periódicos do oitocentos

O objetivo dessa comunicação é analisar os discursos construídos acerca da figura de José Bernardo de Medeiros, rastreando as principais representações a seu respeito, postas a partir de jornais da época na província/estado do Rio Grande do Norte, como *O Povo* periódico que circulou na cidade do Príncipe (Caicó) de 1889 a 1892. *Correio do Natal* e *Gazeta do Natal*, noticiários ligados ao partido conservador na capital. Também periódicos de Pernambuco, que tinham circulação pela província norte-rio-grandense, como *Diário de Pernambuco*, *O liberal*, *Jornal do Recife*, *Jornal do Povo*. Tais fontes são tratadas sob a ótica empreendida por Maurice Mouillaud (2002) e Tânia de Luca (2008), faremos uso, ainda, da História Cultural através do esquema conceitual elaborado por Roger Chartier (1990, 2002, 2007), sendo esse, apropriação, representação e circulação, por nos permitir entender como as pessoas dão sentido a seu mundo em dado período. Este trabalho se justifica tendo em

vista a importância de José Bernardo no cenário político local durante a transição do Império para a República e a falta de trabalhos que analisem mais profundamente sua figura. Percebemos, então, que desta maneira as diferentes representações circunscritas dentro de um espaço geográfico (Seridó potiguar) criaram versões sobre José Bernardo de Medeiros, se por um lado, guia do povo, homem de origens humildes e que se sacrificou por sua terra natal. Por outro, a caricatura escrita de um clérigo (mesmo não o sendo), o “Bispo do Seridó”, que guia seus fiéis afim de benefício próprio ou para aqueles próximos.

Palavras-chave: José Bernardo; Seridó; Caicó.



Fabiana Léo Pereira Nascimento
Mestre em História
Discente do Programa de Pós-Graduação em História (Doutorado)
Universidade Federal de Minas Gerais
fab-leo@ufmg.br

Mateus Freitas Ribeiro Frizzone
Mestre em História
Discente do Programa de Pós-Graduação em História (Doutorado)
Universidade Federal de Minas Gerais
mfrizzone@gmail.com

A Relação do Forte da Junqueira (...) (c.1776): apontamentos sobre a obra e sua circulação

Este trabalho pretende apresentar a estrutura da obra “*Relação do Forte da Junqueira e do que nele passaram os presos de Estado: composta pelo Excelentíssimo Marquês de Alorna, preso no dito Forte*”, bem como tecer considerações sobre a sua circulação manuscrita e impressa e sobre a materialidade de alguns exemplares. Redigida por D. João de Almeida Portugal, 4º Conde de Assumar e 2º Marquês de Alorna durante seus anos de encarceramento (1759-1777), motivado pela suspeita de participação na inconfidência dos Távora, há indícios de grande circulação do texto, pela existência de diversas cópias manuscritas aparentemente coevas e redigidas pela mesma mão. Algumas décadas depois, em 1857, passados mais de cinquenta anos do falecimento do autor, a obra recebeu sua primeira edição impressa, sendo reeditada em 1882 e recebendo novas edições até 2005. Ainda hoje, versões manuscritas e impressas figuram não apenas em importantes instituições de guarda portuguesas e de outros países do mundo, mas também em um certo número de catálogos de leilões a particulares, que caracterizam o livro como “estimado”, “obra muito apreciada”.

Pretende-se, aqui, abordar dois grandes eixos sobre os quais a obra se desenvolve, a saber: a descrição da prisão, tanto nos seus aspectos materiais quanto no seu funcionamento, e a representação do próprio autor como um dos presos, que culmina em uma espécie de manifesto antipombalino. A análise do primeiro eixo se dará em diálogo com a história das prisões no século XVIII, considerando as especificidades do Forte da Junqueira na sua edificação e na função de prisão política de Sebastião José de Carvalho e Melo. Para o segundo eixo, interessa a compreensão da Relação como parte do esforço

narrativo multigeracional da Casa de Assumar/Alorna, bem como o entendimento da escrita autorreferencial como meio privilegiado para a análise das práticas e representações dos sujeitos estudados e dos grupos a que eles pertencem.

Palavras-chave: Forte da Junqueira, 2º Marquês de Alorna, circulação de manuscritos.



Jean Gomes de Souza
Bacharel e Licenciado em História
Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
Discente do Programa de Pós-Graduação em História Social (Mestrado)
Universidade de São Paulo
jhamgomes9@gmail.com

Estudo comparativo dos testemunhos da Notícia Primeira Practica de João Antonio Cabral Camello dada ao padre matemático Diogo Soares: a transmissão de um texto em quatro séculos (XVIII-XXI)

A *Notícia Primeira Practica Que da ao Reverendo Padre Diogo Soares o Cappitam Ioão Antonio Cabral Camello sobre a Viage que fez as Minas do Cuyaba no anno de 1727* consiste em uma narrativa acerca da viagem fluvial empreendida pelo capitão João Antonio Cabral Camello de Sorocaba (SP) a Cuiabá (MT) no ano de 1727, possivelmente escrita em 1734. Os dois testemunhos manuscritos conhecidos desse relato encontram-se no códice das *Notícias Práticas de varias minas, e do descobrimento de novos caminhos, e outros sucessos do Brazil*, salvaguardado na Biblioteca Pública de Évora. Este códice é formado por dezenove textos recolhidos e reunidos pelo padre matemático Diogo Soares entre os anos de 1730 e 1748 a fim de subsidiar a produção de mapas da porção centro-sul da América portuguesa, como ordenado por D. João V.

Das oito Notícias Práticas concernentes às monções cuiabanas a *Notícia Primeira Practica* foi a mais editada ao longo dos séculos subsequentes. A primeira publicação ocorreu em 1842 na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB), fruto do oferecimento do manuscrito por Francisco Adolfo de Varnhagen ao Instituto. A segunda, a terceira e a quarta foram as três edições do volume *Relatos Monçoeiros*, organizado por Afonso d'Escragnoille Taunay, publicadas em 1953, 1976 e 1981, respectivamente. Por fim, a quinta e última edição conhecida foi realizada pelo Instituto Histórico e Geográfico do Mato Grosso em 2002, como parte de um projeto de reedição de obras raras ou inéditas que versem sobre o estado.

As cinco edições da *Notícia Primeira Practica* oferecem ao público versões modernizadas do relato de Cabral Camello. Para além da ausência da indicação de qualquer critério utilizado na transcrição, em nenhuma delas é mencionada a existência de dois testemunhos manuscritos desse texto no códice eborense. Consta na publicação da RIHGB apenas a informação que Varnhagen foi o responsável pelo oferecimento do manuscrito ao Instituto, presente também nas três edições de *Relatos Monçoeiros*, o que poderia ser um indicativo de que Taunay teria utilizado a edição de Varnhagen como base.

A única publicação que explicita a sua fonte é a de 2002, na qual o trabalho do Visconde de Porto Seguro é citado na condição de texto original.

Esta comunicação objetiva analisar as diferenças formais e substanciais existentes entre os testemunhos manuscritos da *Notícia Primeira Practica*, indicar qual deles serviu de referência para a edição dos testemunhos impressos e identificar o grau de intervenção dos editores em cada um deles, valendo-se para isso dos pressupostos teóricos e metodológicos da Paleografia e da Filologia – aqui entendida enquanto crítica textual. Com isso pretende-se compreender os nexos existentes entre *texto* e *contexto*, assim como o modo pelo qual a memória dos saberes contidos na *Notícia Primeira Practica* foi conservada e transmitida ao longo dos séculos desde a sua produção.

Palavras-chave: manuscritos; impressos; monções.



Júlia de Cássia Silva Cassão
Mestranda em História
Discente do Programa de Pós-Graduação em História (Mestrado)
Universidade Federal de Minas Gerais
juliacassao@hotmail.com

Cultura escrita e o contrato dos diamantes: um estudo sobre os discursos das ilicitudes

Esta comunicação tem por objetivo de análise problematizar a partir do episódio que envolveu Felisberto Caldeira Brant, o terceiro contratador dos diamantes do Distrito Diamantino entre os anos de 1749 e 1753, e o intendente dos diamantes, Sancho de Andrade Castro e Lanções, noções caras à cultura escrita no mundo moderno, especialmente a que se desenvolveu no centro político do Império Português e que se redimensionou nos espaços coloniais. O roubo ao cofre da Intendência dos Diamantes atribuído por Brant a Lanções desencadeou o que viria a se tornar um dos maiores escândalos públicos no que se referiu a fraudes no fisco real compreendendo agentes do oficialato régio. Ao longo das investigações e da abertura das devassas, as partes implicadas no caso acionaram e mobilizaram por inúmeras cartas escritas ao governador da capitania, ao secretário de Estado e até ao próprio rei, ou seja, às suas redes de relações políticas e sociais, com o propósito de pôr em perspectiva as suas versões conflitantes de um mesmo ocorrido. O nosso pressuposto é que pela contenda destes dois sujeitos, que operavam, é claro, dentro de um mesmo universo e conjunto de enunciados discursivos próprios a seu tempo, pelas ressignificações de suas experiências, bem como pela apropriação e o uso seletivo desses mesmos discursos como estratégias políticas ou retóricas consciente ou não, poderemos entrever facetas do que, neste arco temporal que recobre os séculos XVI a XVIII, entendia-se quando se escreveram discursos sobre práticas ilícitas que, ao fim e ao cabo, poderiam desembocar em corrupção.

Palavras-chave: Cultura escrita; ilicitudes; Império Português.



Mariane Soares Torres
Mestranda em Filologia do Português
Discente do Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua portuguesa
Universidade de São Paulo
mariane.torres@usp.br

Memórias da escravidão na cidade de Santos: um estudo filológico de manuscrito oitocentista

Neste trabalho, apresenta-se um estudo filológico com base em um processo de 1843, composto por 107 fólhos manuscritos, por meio do qual se relata um crime de tráfico negreiro sem conclusão. O documento encontra-se no Arquivo Público do Estado de São Paulo, mas sua origem é atribuída à Delegacia de Polícia de Santos. O delegado responsável pelo caso encaminhou uma cópia ao governador da então província de São Paulo, para que fosse tomada uma decisão em maior instância. O suposto crime teria ocorrido na cidade de Santos. No século XIX, a cidade possuía três grandes quilombos, sendo um deles, o Quilombo do Jabaquara, o segundo maior do Brasil, atrás apenas do Quilombo dos Palmares, em Alagoas. Neste mesmo período, a cidade de Santos foi de grande importância para o movimento abolicionista no Brasil, sendo vista pelos escravos fugidos como uma espécie de “terra prometida”. Trata-se de documento revelador de um caso relacionado a importantes questões da evolução histórica no Brasil. O objetivo é a apresentação do estudo até então realizado, de suas implicações gráficas para o conhecimento das práticas de escrita da época, por meio de estudo paleográfico a ser realizado, caracterizando também aspectos de sua autoria, datações, suporte, tipo de letra e principais implicações histórico-sociais. O estudo paleográfico garantirá mais facilidade de acesso à informação contida no manuscrito e irá colaborar para a memória da cidade de Santos no que diz respeito à sua importância histórica para o movimento abolicionista. O trabalho se enquadra em pesquisa mais ampla, no âmbito do mestrado na área da Filologia, ciência, no contexto, considerada como aquela que estuda o texto, desde a sua gênese e transformações ao longo da sua história, por meios diversos de circulação e transmissão.

Palavras-chave: Filologia Portuguesa; Memórias da escravidão; Práticas de Escrita.



Marina Furtado Gonçalves
Doutoranda em História – História Social da Cultura
Conservadora-Restauradora de Bens Culturais Móveis
Universidade Federal de Minas Gerais
marinaufmg@yahoo.com.br

Estudo de técnicas e materiais empregados pelo calígrafo/pintor de Vila Rica

Dentre a documentação histórica em papel produzida até o século XIX merecem destaque os livros de compromisso das irmandades, manuscritos iluminados investidos de esmerado trabalho de caligrafia e pintura. Para compreender as técnicas e os materiais aplicados nesses livros, bem como as tipologias de deterioração desses bens, realizou-se um estudo comparativo entre dois livros de compromisso com histórico de uso e acondicionamento distintos, datados de 1725 e confeccionados pelo calígrafo/pintor de Vila Rica, conforme atribuição de Almada (2012).

Os livros de compromisso passaram por análise técnica, iniciada pela documentação científica por imagem, seguida por exames organolépticos. A partir do conhecimento preliminar do objeto, aliado à pesquisa histórica, investigou-se sobre as técnicas e materiais empregados, além de estabelecer um diagnóstico de estado de conservação. Procederam-se os exames laboratoriais utilizando técnicas de espectroscopia e microscopia. Os resultados das análises foram tratados e estudados para identificação e comparação dos dois manuscritos.

A partir da observação do conteúdo visual dos objetos, com o auxílio de lupas, microscópio ótico, instrumentos de medição e diversos tipos de iluminação, foi possível perceber técnicas de delimitação das margens das páginas a partir de pequenos orifícios feitos nos cantos dos fólhos, diagramação dos elementos textuais, traçado de margens e pautas, utilização de elementos decorativos e tipos de letras diferentes. O calígrafo/pintor de Vila Rica possuía uma apurada cultura visual da escrita, fazendo o uso de modelos de capitulares de Manuel de Andrade de Figueiredo e vinhetas inspiradas em modelos de Pedro Díaz Morante.

Para a determinação da paleta do calígrafo/pintor optou-se por ensaios não invasivos ou microinvasivos, dependendo da viabilidade e acesso aos equipamentos. Os resultados apontaram para os seguintes pigmentos e corantes: realgar (alaranjado), ouro pigmento e goma guta (amarelo), azul verdeterra (azul), carbonato de cálcio (branco), laca de ácido carmínico e laca de pau brasil (carmim), negro de carvão (cinza e preto), resinato de cobre (verde), vermelhão (vermelho) e uma tinta à base de ferro (marrom), sendo que todos os materiais são compatíveis com a época em que foram utilizados. A tinta empregada para a escrita do corpo do texto é à base de ferro, porém não foi possível caracterizá-la como ferrogálica utilizando os parâmetros de análise escolhidos. Sobre o papel de trapo dos manuscritos iluminados há também aplicação de materiais metálicos como o ouro e a prata sob a forma de folhas e o latão em pó misturado à goma arábica, aplicado com o uso de pincel.

É interessante notar que, mesmo sendo livros de mesma origem e com técnicas e materiais semelhantes, os livros de compromisso estudados apresentam estado de conservação muito distinto, devido à ação dos agentes de deterioração e agravado pelas

condições de acondicionamento, sobretudo no que diz respeito à utilização do latão. A disponibilização de tecnologias para o estudo de bens culturais, assim como a crescente formação acadêmica de profissionais com particular interesse na análise material do suporte celulósico, fazem com que os estudos na área de preservação do papel sejam desenvolvidos, somando conhecimento acerca dos manuscritos da Era Moderna.

Palavras-chave: técnicas e materiais; manuscritos iluminados; calígrafo/pintor de Vila Rica.



Natália Cristina Santos Ribeiro
Mestra em História
Universidade Federal de São João del – Rei
nat-rib@hotmail.com

Diagnósticos históricos do governo colonial: Estudo da obra de José João Teixeira Coelho Minas Gerais – Século XVIII

O objetivo desta pesquisa é analisar a representação da função do governador na capitania de Minas Gerais na obra *Instrução para o governo da Capitania de Minas Gerais* (1782) do português José João Teixeira Coelho. Elaborada parcialmente no período em que Teixeira Coelho ocupou o cargo de Intendente do Ouro da Casa de Fundição de Vila Rica entre os anos de 1768 e 1780. A obra apresenta um verdadeiro banco de dados sobre a administração mineira colonial.

Os principais documentos analisados pelo autor com o intuito de dissipar a “obscuridade” do governo foram: diversas cartas régias; ordens e termos que se direcionavam aos governadores e às câmaras; alvarás; avisos; regimentos e provisões do Erário Régio dos anos de 1704 até 1778 (BOSCHI *in* COELHO 2007, p. 376-393). As análises dos documentos de governo proporcionaram-lhe conhecer os problemas recorrentes e esmiuçar as repostas que receberam de cada governador. Teixeira Coelho, além de narrar a história dos governadores, apresenta diversas reflexões sobre a reorganização do governo da capitania de Minas Gerais.

Em seus diagnósticos, Teixeira Coelho aponta que os governadores não conheciam e não cumpriam com rigor as leis, tomavam decisões arbitrárias, pretendiam legislar e beneficiavam seus apadrinhados. O que aumentava a confusão jurisdicional característica da monarquia corporativa, comprometendo a regularidade e a eficiência administrativa na capitania. Sendo assim, Teixeira Coelho defende a necessidade de uma delimitação mais precisa das esferas de ação governamental e das hierarquias estatais. Salientamos que obra de Teixeira Coelho esteve alinhada com as diretrizes pombalinas em favor da centralização administrativa, mas sem desconsiderar as demandas dos súditos, ao contrário, tentando assimilá-los para além das “redes governativas” tradicionais.

Como possibilidade de resolução para o problema, o autor propõe a implementação de um regimento completo e específico que pudesse solucionar os entraves da administração. A execução do regimento seria essencial para regular a rotina e as práticas

governativas. Com o regimento, seria possível delimitar com maior precisão a esfera de poder dos governadores, subordinando suas decisões às leis e evitando as arbitrariedades.

O intendente projetou para a capitania uma administração mais clara e condizente com sua história. Se o novo regimento fosse fruto de uma análise histórica detalhada, definiria com clareza a jurisdição de cada instância de poder, favorecendo o progresso e a eficiência administrativa.

Para proporcionar a inovação legislativa da capitania Minas Gerais e superar a sua “decadência”, era preciso recolher os fragmentos das experiências dos governadores passados, reorganizá-los e submetê-los à crítica, compreendendo os limites e as possibilidades da ação governamental no contexto mineiro. Essa análise histórica, na concepção do autor, possibilitaria referências para normatizar a administração de Minas Gerais, assim como o aperfeiçoamento do quadro institucional da capitania.

Palavras-chave: Administração colonial; Capitania de Minas Gerais; José João Teixeira Coelho.



Patricia Vaz de Mello Lavall
Mestranda em Artes
Estudante do Programa de Pós-Graduação em Artes
Universidade Federal de Minas Gerais
pvmellolavall@gmail.com

Márcia Almada
Doutora em História Social da Cultura e Especialista em Conservação de Papel
Professora do Curso de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis
Universidade Federal de Minas Gerais
marcialmada@ufmg.br

Técnica de restauração como processo histórico: Laminação com acetato de celulose

Este trabalho propõe abordar o processo de restauração considerando como estudo de caso, a técnica de laminação com acetato de celulose, evidenciando como efeito da aplicação do método pode interferir na leitura e na materialidade dos objetos. A laminação é um procedimento de selagem de documento entre folhas de filme termoplástico, por meio de pressão e calor. A técnica foi promovida efetivamente a partir da década de 30 até a década de 70, sendo considerada na época, um processo eficaz de preservação, proteção e fortalecimento de documentos gráficos, reduzindo o tempo de tratamento.

Durante pesquisa de iniciação científica, realizada em 2016, sob a responsabilidade da Professora Doutora Márcia Almada foram identificados no acervo do Arquivo Histórico da Arquidiocese de Mariana/MG, 21 (vinte e um) manuscritos iluminados. Foi percebido no decorrer da investigação que todas as páginas dos manuscritos foram laminadas, mesmo apresentando degradação ou não.

A partir das análises feitas nos manuscritos, alguns questionamentos foram apontados: a aplicação da laminação interferiu na fruição do objeto? Provocou danos,

apagou vestígios? Ocorreram mudanças no aspecto do objeto? Dentro da perspectiva da conservação atual, a prática da laminação é vista como forma de preservação? O documento pode ser estudado em sua plenitude material, uma vez que a aplicação da técnica impede a observação dos materiais e dos vestígios?

O processo que inicialmente foi considerado a salvação e proteção dos acervos documentais e bibliográficos, com o passar dos anos, pesquisadores e conservadores observaram que o acetato de celulose utilizado apresentava instabilidade física e química, provocando vícios inerente à aplicação, tais como: encolhimento e ondulação, perda de legibilidade, degradação do acetato com formação de ácido acético, entre outros problemas. A aplicação da técnica gerou outros efeitos secundários e muitas vezes irreversível, pois, os documentos perderam suas características originais, não sendo possível analisá-los em sua unidade material, uma vez que a aplicação da técnica impede a observação de vestígios, de materiais, de texturas e das evidências deixadas na forma de correções, tintas, manchas, entre outras indícios que atestam sua trajetória no tempo.

A escolha do processo de restauração não é uma questão somente técnica. Em que as investigações dos registros históricos intrínsecos em um determinado objeto são aspectos importantes que integram as ações preservacionistas, podendo revelar parâmetros para a compreensão de informações como: produção, recepção e os processos de transmissão que revelam o contexto social que o objeto está inserido.

O objetivo deste trabalho é refletir sobre o uso de tecnologias que são difundidas como inovação na preservação de acervos, sendo estas aplicadas sem pesquisas efetivas e sem conhecimento a médio prazo do resultado final. Propõe-se ainda estimular e provocar discussão acerca do tema, considerando que uma intervenção de restauração deve garantir ações que promovam a utilização de técnicas e materiais que não dificultem tratamentos ou exames futuros.

Palavras-chave: Restauração; laminação; cultura material.



Thayná Cavalcanti Peixoto
Mestre em História
Discente do Programa de Pós-Graduação em História (Doutorado)
Universidade Federal de Minas Gerais
thaynacpeixoto@gmail.com

Entre boticas, lojas e typographies: espaços de produção e circulação da cultura escrita na Cidade da Parahyba entre as décadas de 1830 e 1860

A presente comunicação pretende, por meio da análise de jornais impressos entre as décadas de 1830 a 1860, identificar e traçar um perfil dos espaços destinados à produção e circulação de materiais voltados para leitura e escrita na Cidade da Parahyba. Mesmo com o surgimento da imprensa na província no ano de 1826, foi a partir da década de 1830 que o cenário urbano da capital da província começou a sofrer alterações em relação ao surgimento de estabelecimentos tipográficos, sendo esse um dos motivos para o recorte inicial dessa pesquisa, que se segue até a década de 1860, pois foi em 1862 que surgiu o

primeiro jornal diário da província, *O Publicador*. Com isso, intenta-se, observar e compreender como se deu os primórdios, a emergência e a completa efervescência na cena da produção e circulação da cultura impressa durante as décadas supracitadas. Para isso, a pesquisa se baseia em um corpus documental que conseguiu identificar cerca de 40 periódicos publicados na capital entre 1830 e 1860, sendo possível, até o momento, a localização de 29 desses títulos, nos seguintes acervos: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, no site do Projeto Jornais e Folhetins Paraibanos do século XIX e no Arquivo Privado Maurilio de Almeida. Assim como os jornais brasileiros do século XIX eram, em sua maioria, vendidos em espaços consolidados no comércio, como tabernas, boticas, lojas e as próprias tipografias, também eram produzidos e divulgados os materiais voltados para leitura e escrita na capital paraibana em estabelecimentos como: a *Botica* do Sr. João Alves Cavalcanti (1832), *loja* do senhor Joaquim Tavares Bastos (1841), loja do Sr. José da Silva Neves (1849), *loja* de Sr. Joaquim da Silva Guimarães Dengoço (1849), loja do Sr. Antonio Alexandrino Lima (1850), *Botica Imperial* (1861), *casa* de Antonio Vicente de Magalhães & C^a, *Typographia* de F. T. de Brito & Comp, *Typographia* de José Rodrigues da Costa, *Typographia Liberal Parahybana*, entre outras. Para, além disso, até o momento, foi possível verificar um significativo aumento não somente no número de tipografias, mas uma expansão na produção e divulgação dos impressos, a partir do surgimento do primeiro periódico diário. Uma vez que na década de 1830 a capital possuía duas tipografias, e, em meados de 1860, passou a contar com cerca de sete delas. Portanto, além dessa perceptível ampliação na produção e difusão tanto de materiais voltados para leitura e escrita, em 1860 - com as ditas *cartas de sílabas*, *cartas de Abc*, *algarismos*, etc -, também ocorreu uma maciça divulgação de vários gêneros impressos e dos respectivos espaços que também os vendiam. Sendo assim, em princípio, é possível perceber que a produção de um jornal publicado diariamente causou, de certa maneira, um impacto na cultura escrita da capital, dessa forma, acredita-se na necessidade de um olhar mais aprofundado em relação ao objetivo proposto.

Palavras-Chave: Jornais; Cidade da Parahyba; Século XIX.

